

O CÊRÇO DE ALMEIDA E AS LINHAS DE TÔRRES VEDRAS.

Subsídios para o estudo do insucesso de Napoleão em Portugal.

INTRODUÇÃO.

O presente trabalho fixa um momento do século XIX da História de Portugal: a terceira invasão francesa. Elaborado, primeiramente, pela exigência duma licenciatura (1), agora o damos à estampa com algumas ampliações e correções, que, sem atingirem o âmago da tese primitiva, procuram localizar os fatos no contexto político-militar da época.

As invasões francesas foram, em número de três, levadas a cabo entre 1807 e 1810, como conseqüência do imperialismo napoleônico na luta sustentada, sobretudo, contra a Inglaterra. Portugal, velho e fiel aliado da Grã-Bretanha, por sua situação geográfica e seu litoral extenso, oferecia vantagens sem conta aos navios ingleses, que, senhores do Oceano, mantinham a supremacia no mar e incomodavam o poderio de Bonaparte. O “bloqueio continental”, decretado de Berlim em novembro de 1806, tinha a finalidade de fechar todos os portos europeus às esquadras inglesas e, bem assim, anular a sua superioridade. Portugal, porém, não acatou a decisão e continuou franqueando o litoral à nação aliada. Não perdoou o imperador o comportamento do pequeno país ibérico. Menos de um ano decorrido assinava com a Espanha o “Tratado de Fontainebleau” em 27 de outubro de 1807, que dispunha sobre a “conquista”

(1). — Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, em 1957, com o título: “Terceira invasão francesa — estudo breve sobre as causas do insucesso de Massena — O cêrço de Almeida e as Linhas de Tórres Vedras”.

de Portugal. Desta data à invasão do território português foi o espaço de escassos dias.

Sem poder dissociar êstes acontecimentos do conjunto da política européia, a nossa tese foi antecédida duma breve análise da situação do “velho mundo” e, ainda que genéricamente, traçamos um quadro onde localizamos os sucessos mais importantes e significativos que condicionaram o aparecimento de Napoleão Bonaparte no cenário europeu. A êsse traçado um outro se segue, sob o título de “as invasões francesas”, e ambos constituem o capítulo primeiro. Ainda que diferentes, êsses dois quadros podem ser sobrepostos, porquanto coincidem. Um é complemento do outro. Por isso, só depois de tratarmos a **situação político-militar franco-européia em fins do século XVIII e princípios do século XIX** e analisarmos o caso português, é que surge o capítulo segundo que é, pròpriamente, a tese que apresentamos e que mereceu a pesquisa histórica que nos levou a uma conclusão. Neste inserimos os títulos: “O cêrco de Almeida” e “as Linhas de Tôrres Vedras”. Há uma estreita conexão entre o ocorrido em Almeida e em Tôrres Vedras na terceira invasão francesa, a contribuir para o insucesso napoleônico em território luso. É essa conexão o momento central de nossa investigação.

As duas primeiras invasões (1807 e 1808) foram outros tantos desaires para os generais do imperador. A terceira tinha a finalidade de reabilitá-los e solucionar de vez o caso português. Por isso se preparou cuidadosa e minuciosamente a operação, aumentando substancialmente os efetivos; escolhendo tropas da elite; dando o comando da expedição a um chefe prestigioso que não houvera sido vencido antes e que o próprio còrso apelidava de “**enfant chéri de la victoire**”. Massena foi o escolhido para chefiar o “exército de Portugal” como eram conhecidas, na terminologia militar francesa, as fôrças destinadas à “conquista” dêste país. A incursão estava planejada em fevereiro de 1810, mas efetivou-se, apenas, em setembro do mesmo ano. A razão dessa demora foi a resistência que algumas praças fortes ofereceram na fronteira luso-espanhola, favorecida pelas chuvas copiosas do inverno dêsse ano. Astorga e Cidade Rodrigo, em território espanhol, e Almeida, o reduto português beirando a raia, não permitiram que Massena caminhasse para Lisboa antes daquele mês. Todavia, quando, superados todos os obstáculos, progredia para a capital, deparou, já perto do objetivo final, com uma série de fortificações, construídas em segrêdo, conhecidas por “Linhas de Tôrres Vedras” e que

lhes embargaram o passo. Curioso, porém, é sabermos que estas linhas de defesa não estavam totalmente terminadas quando os franceses ali chegaram e que só foram dadas por concluídas dois anos depois. Temos, além disso, informações que nos dão a conhecer que abatizes e traveses da primeira linha foram construídos, às pressas, nas vésperas da chegada dos invasores, o que nos dá a entender que o tempo não foi demasiado na execução das fortificações. Conhecidos êstes fatos, uma pergunta surge naturalmente: Desde quando as “Linhas de Tórres Vedras” eram eficientes? Ou, se se preferir, formule-se a questão de outra maneira: quando ficaram em condições de resistir a Messena, evitando que Lisboa fôsse atingida? A pergunta tem razão de ser e a resposta pode ser dada quando se sabe que o início das linhas de defesa coincide com os preparativos da invasão por parte dos franceses.

Recordemos que na fronteira luso-espanhola os invasores demoraram de fevereiro a setembro, mercê da resistência das fortalezas raianas acima citadas, as quais retardaram mais de meio ano as forças que Massena comandou na sua incursão para Lisboa. Por todo êsse tempo as Linhas de Tórres Vedras não eram ainda eficiente reduto defensivo.

Assim sendo procuramos descobrir a conexão entre o malôgro de Napoleão e a resistência na fronteira. Foi, sem dúvida, a morosidade dos exércitos franceses que permitiu erguer-se a barreira defensiva que protegeu a capital portuguesa; e às praças fronteiriças temos que atribuir o atraso dos invasores na marcha para o interior do país, o que salvou Lisboa. E’ o que procuramos demonstrar.

*

Tratado sob êste aspecto o assunto não está esgotado. Muito ao contrário, oferece ainda um vasto campo para novas pesquisas, em ângulos diferentes e os mais variados, de largos horizontes, que até hoje não se cuidaram suficientemente. Se o nosso labor tiver o mérito de recordar a alguém que a questão pode ser posta com outra amplitude teremos atingido plenamente o objetivo.

*

Aqui ficam os nossos agradecimentos aos que tornaram possível, não só a elaboração como a publicação dêste trabalho. Não esquecemos neste passo o Arquivo Histórico Militar

de Lisboa; a Biblioteca do Exército de Lisboa; os que com uma simples indicação nos ajudaram na solução dum problema. Uma referência à **Revista de História** na pessoa do seu diretor, Eurípedes Simões de Paula, pela publicação desta tese e, em especial, a Manuel Nunes Dias, da Universidade de São Paulo, por cuja dedicação êste trabalho sai à luz.

São Paulo, 1962.

*

* *

CAPÍTULO I.

1). — QUADRO FRANCO-EUROPEU EM FINS DO SÉCULO XVIII E PRINCÍPIOS DO SÉCULO XIX.

Napoleão no cenário francês: o Consulado; luta contra a Europa e popularidade de Bonaparte; a Península Ibérica, o ministro Godoy e Portugal; Paz de Badajoz (1801) e Olivença.

Creemos que o século XIX é um dos mais turbulentos que a História nos conta.

Na sua alvorada escutam-se os acordos bélicos dos clarins, cujos sons se propagam até aos confins dos continentes e atravessam os oceanos roçando a crista das ondas. Os toques marciais que executam não são da véspera e o sôpro que os anima vem de longe sem que a distância os faça amainar de tom.

Ao dobrar o século XVIII não era simples a situação na Europa. As nações do velho mundo conduziam a sua política como que gravitando à volta dum núcleo que constituía o centro dum sistema, com fôrças intrínsecas capazes de comandar todo o continente. Êsse núcleo era a França, a França de Napoleão Bonaparte. Êste entrara na cena política da nação dois meses antes de começar um nôvo século, depois de se haver distinguido no cenário militar do seu país, a que emprestou o fulgor invulgar do seu gênio belicista, que levou para lá das milenárias pirâmides egípcias a bandeira vitoriosa da França. O século XIX encontrou-o à frente dos destinos da sua Pátria, à frente dos destinos da Europa e, sem dúvida, à frente dos destinos do mundo. O "18 Brumário" assinalou a sua entrada decisiva e decidida no panorama político francês,

entrada essa que se destacou por uma ação violenta, prelúdio da sua carreira de violências com que submeteu a Europa, à exceção duma nesga bloqueada pelo mar, que lhe custou os dias solitárias de Santa Helena. Regressara do Egito e chegara a Paris em 16 de outubro de 1799, depois de chefiar uma expedição ao mesmo tempo militar e científica. Se militarmente tivesse falhado, o seu nome ficaria eternamente ligado à ciência, já que a sua expedição à África abriu uma porta nova para um mundo velho que não fôra explorado até então por falta de acesso. A entrada para esse mundo foi encontrada e o limiar tinha o primeiro degrau na “Pedra de Roseta” da qual o artilheiro Boussard advinhou a importância.

A expedição, planeada por Bonaparte, fôra aprovada pelo Diretório. Pareceria, a alguns, loucura, querer vibrar um golpe na Inglaterra, atacando o Oriente e procurando dificultar o seu comércio naquelas paragens.

Talvez o fôsse, ainda que tenhamos em conta que os ingleses eram intangíveis na sua ilha, mas obedeceu a um duplo objetivo; quer dizer, a interesses diferentes das duas partes interessadas: de Napoleão e do Diretório. Este conseguira vantagens militares no continente, que finalizaram na paz de Campo-Fórmio, depois da ação de Bonaparte contra os piemonteses e austríacos, vencidos em batalhas sucessivas e que fizeram avolumar o nome do corso. Das nações que haviam assinado a primeira coligação só a Inglaterra estava em luta aberta com a França, devendo-se isso, sem dúvida, à sua situação insular, protegida pelo oceano. Pensara-se em desembarques, mas o poder naval inglês era de temer.

Não esqueçamos, entretanto, que, das vantagens conseguidas no continente, a Napoleão cabia uma enorme quota. Dai que se tornara famoso, o que inquietava o Diretório. Este, na idéia de o afastar, autorizou a expedição ao Egito; Napoleão havia-a sugerido, talvez, porque se sentisse estranho sem o bastão de chefe. Interesses tão diferentes concorreram para o mesmo fim e a expedição ao Egito era levada a efeito em 1798 sete meses depois do tratado de Campo-Fórmio.

No ano seguinte regressou Napoleão a Paris deixando o exército do Egito sob o comando de Kléber. Regressava para derrubar o Diretório e assumir o poder. No “18 Brumário” executaram-se os planos do golpe preparado por Napoleão. Na manhã seguinte entrou na sala dos “Anciãos”, uma das assembleias do poder legislativo segundo a Constituição do Ano III, fazendo-se acompanhar por alguns camaradas de armas; nas

vizinhanças haviam ficado, de prevenção, fôrças que não fôra ocioso reunir. A sessão da assembléia suspendeu-se e a algumas indagações e protestos, Bonaparte respondeu: “Nós queremos uma República fundada sôbre a verdadeira liberdade, sôbre a liberdade civil, sôbre a representação nacional”.

Conhecera-se na outra assembléia, a dos “Quinhentos”, a intromissão do general nos negócios do estado e quando aqui se apresentou foi recebido aos gritos de “morra”, “abaixo”, “viva a Constituição”. A Constituição?, indagara Napoleão aos “Anciãos”; “ela não merece mais o respeito de ninguém. Vós mesmo a aniquilaste”. Os “Quinhentos” tumultuaram-se e Bonaparte recuou, abandonando a sala. Pouco tempo passado, um pelotão de granadeiros a invadiu e os deputados saíram ante a ameaça das baionetas.

A República conheceu desde então o terceiro govêrno, que lhe oferecia o homem que foi o mais falado do século. A Constituição do Ano III foi substituída pela lei do “19 de Brumário” até que a do Ano VIII entrou em vigor, a 25 de dezembro dêsse ano de 1799. Esse homem do século, deixara o seu exército em África para ir em socôrro da França. Claro que ninguém o considerou o desertor que abandona a frente de batalha; a sua volta foi mesmo saudada com ovações espontâneas do povo que o apladiu na passagem; a sua volta não foi censurada pelo Diretório que acordara com a sua ida ao Egipto; serviu até para cimentar a sua popularidade a que os jornais emprestaram colaboração “com anedotas elogiosas e relatos, como não se havia feito nem por Mirabeau nem por Robespierre”. O perigo jacobino fôra afastado quando fazia perigar o Diretório. O curioso, porém, é que êsse Diretório, que poderia ser envolvido nas suas tramas, também desapareceu, para dar lugar ao Consulado provisório. Quem sabia, porém, se o perigo então era militar, uma vez que o primeiro cônsul era general, ao lado dos “cidadãos Sieyés e Ducos, ex-diretores”? O consulado redigiu a nova Constituição que estava pronta a 13 de dezembro; foi votada a 24 dêsse mês e entrou em vigor no dia do Natal. Nesta data deixou de governar o Consulado provisório, que se transformou em decenal por fôrça da Constituição e que conferiu ao primeiro cônsul poderes excepcionais. Por coincidência é Bonaparte o primeiro Cônsul.

Os franceses depositavam esperanças no nôvo govêrno que acreditavam capaz de terminar as questiúnculas internas e de conseguir a paz externa. Parece que os cidadãos franceses se

encontravam unidos num mesmo anseio de concórdia o que os fazia almejar um nôvo estado de coisas. Foi prova disso o plebiscito a que foi submetida a nova Constituição, aprovada, segundo números publicados, que parece corresponderem à verdade, por “3.011.007 sim e 1.562 não”. E’ verdade que o cuidado de Bonaparte na formação do nôvo govêrno foi de molde a inspirar confiança e capaz, até, de superar as divergências internas. “Tornar a República querida aos cidadãos, respeitável aos estrangeiros, formidável aos inimigos, tais são as obrigações que nos havemos proposto, aceitando a primeira magistratura”, escreveu-se numa proclamação. Cremos que as intenções eram honestas. Quanto à guerra externa as idéias não se mostravam menos generosas quando numa carta, que Bonaparte enviou ao rei de Inglaterra, a 25 de dezembro de 1799, declarava textualmente: “a guerra que depois de 8 anos devasta as 4 partes do mundo deve ser eterna? Não há uma forma de entendimento? As duas nações mais esclarecidas da Europa... não sentem que a paz é a primeira das necessidades como a primeira das glórias?” Datada no dia de Natal, ao mesmo tempo que a nova Constituição, a do Ano VIII, entrava em vigor, a carta pareceu uma promessa de paz a iniciar uma nova éra na velha Europa. Apenas aparência? E’ verdade que, ao mesmo tempo que escrevia, ia dispondo os seus exércitos a fazer entender que era nêles que depositava as melhores esperanças da paz que apregoava. Bem sabia êle que ao prestígio do chefe era indispensável a vitória e a vitória, para Napoleão, só podia conseguir-se nos campos de batalha. Tal como ao peixe é necessária a água, e ao mamífero o ar, para o general seria necessária a pólvora, os esquadrões, a trombeta. Dirá depois que de Londres e de Viena não obtem resposta e conclui então com sua lógica de militar: “E’ necessário”, “farei então a guerra”.

A sua mentalidade formara-se entre o detonar das granadas e o cheiro da pólvora dos exercícios escolares; revelara as suas qualidades enquanto o canhão troava e empunhava um fuzil, era ainda adolescente. A Revolução fôra o elemento ideal para a cultura do seu talento de belicista, que se poria a descoberto em ações que o levaram à popularidade. A época permitiu a revelação de seu talento e o seu talento dominou uma época. Sem esta Napoleão não teria “existido”. A guerra; meia dúzida de letras que eram à mão de Napoleão alçaprema com que podia guindar-se às alturas que a sua imaginação fértil podia sonhar. Lavrava já quando se pôs à frente

dos destinos da França e os seus clarões, dum rubro sinistro, iluminaram por muito tempo, ainda, os escombros fumegantes duma Europa em luta.

Quando o Consulado fêz a sua aparição, no mesmo ano, tinham as nações assinado a segunda coligação, empenhando-se na guerra contra a França. À frente das nações aliadas estava a Inglaterra com a Austria a Rússia e a Turquia.

O Diretório viu-se em dificuldades em face de inimigos numéricamente superiores, que conseguiram vantagens e ameaçaram as fronteiras. Mas Napoleão estava presente em fins de 1799 e, no primeiro ano do século XIX, a 14 de julho, desbaratou os austríacos em Marengo “depois que a batalha parecera perdida”. Era como que o batismo de fogo do século e do nôvo governante da República. Mas a importância de Marengo foi muito mais que militar. A recepção que a França lhe faz, depois da vitória, acrescentou alguma coisa à sua já lata popularidade e êle não menosprezou a ocasião que o levou a afirmar: “Os franceses não podem ser governados senão por mim”.

E’ verdade que êle tinha inimigos, no interior e no exterior, que desejavam o seu desaparecimento. Haja em vista o atentado da Ópera e alguns outros que consta que houve. Mas a mão do primeiro cônsul não afrouxou; antes segurou com mais firmeza as rédeas do govêrno, pacificando a nação, para o que criou os “tribunais criminaes especiais” que fizeram na França de Bonaparte aquilo que se apelidou de “terror consular”. O seu prestígio foi-se consolidando e, a par da pacificação interna, pretendia a paz com o exterior. Não que largasse mão de prerrogativas ou aceitasse condições estranhas. A “sua” paz consistia no acatamento de “suas” ordens pelos países adversários.

A Espanha era aliada da França, aliança que se fizera depois que ambas lutaram nos Pireneus Orientais, luta em que entrou Portugal ao lado da Espanha e que é conhecida por campanha do Russilhão.

Ao tempo do consulado a aliança franco-espanhola mantinha-se, mas a política espanhola era movida a bel-prazer por Napoleão que, com facilidade, manobrava Manuel Godoy, praticamente senhor do govêrno de Carlos IV. Por intermédio do primeiro ministro espanhol tentou Bonaparte o domínio da Península Ibérica, invocando os laços de família das duas côrtes peninsulares: a de Portugal e a de Espanha. O Príncipe Regente de Portugal era casado com a filha de Carlos IV e de Luísa Maria, Carlota Joaquina de Bourbon. Os laços de fa-

mília talvez facilitassem a emprêsa, já que contribuíram também para amenizar as relações e negociações com Luís de Parma, casado com Maria Luísa, outra filha de Carlos IV.

Tôdas as exigências que se faziam ao menor país da Península se podem resumir numa só: abandôno da aliança inglêsa. Bem simples, afinal. Por que persistia Portugal em ser aliado da Grã-Bretanha se, ali ao lado, Bonaparte, senhor da França, lhe estendia a mão? Lhe estendia a mão?... Fazia mais; ameaçava de se tornar o braço vingador se rejeitasse a proposta das Tulherias e a mão protetora, pagando caro a recusa de tal generosidade.

Ficou a cargo de Godoy a questão. Êste poderia recorrer às armas se Portugal recusasse e devia contar com o auxílio de um contingente francês. Afinal Portugal e Espanha estavam ligados pelo sangue dos Bourbons. Não bastaria a família para estabelecer a unidade de pontos de vista? Neste ponto, Bonaparte ignorava, essencialmente, a História da Península Ibérica, o mesmo que a História das suas duas nações.

Invocar laços de família era o mesmo que desconhecer São Mamede — o primeiro dia português; era o mesmo que desconhecer as minúcias duma história fértil, onde o interêsse das Nações se sobrepunha a todos os outros, quaisquer que fôssem.

A casa reinante portuguêsêsa, não obstante os argumentos e as ameaças, mantinha-se, impertinentemente, ao lado da Inglaterra e recusava fechar os portos aos navios inglêses. Foi a vez de Godoy jogar a última cartada, que havia preparado ao dispor as fôrças espanholas na fronteira, perto de Badajoz. A campanha começou e os historiadores franceses dão-lhe a duração de três dias, apelidando-a, com certo espírito, de “guerra das laranjas”. Quando a paz foi assinada, entre as cláusulas inscritas figuravam: — encerramento dos portos aos navios inglêses; retificação da fronteira da Guiana até ao rio Carapanatuba, afluente do Amazonas; pagamento de 15 milhões de cruzados. Para garantir estas cláusulas a Espanha reteve Olivença.

Estamos em crer que Portugal não respeitou o tratado assinado em Badajoz em junho de 1801; Olivença está ainda retida, passados que são mais de 160 anos.

A “guerra das laranjas”, assim chamada porque Godoy enviou à rainha de Espanha uns ramos com laranjas colhidas em território português, foi, praticamente, o início do século XIX para Portugal.

A duração de três dias é de sabor tipicamente francês, mas não é totalmente destituída de sentido a informação.

Na verdade, o estado psicológico dos militares portugueses era a êsse tempo, especialíssimo. Sabiam que não era por uma causa sua que se batiam; defendia-se a aliança inglêsa e a Inglaterra mantinha-se estranha ao fato.

Napoleão exigia; e eram os espanhóis os instrumentos de ação, com Manuel Godoy a saracotear na mira de benesses consulares.

Que a aliança inglêsa não merecia um empenhamento sério na luta advinhavam-no os portugueses, o que se provou depois a quando da paz anglo-francesa assinada em 1802. A retenção ilícita de Olivença e a ampliação da Guiana Francesa à custa do Brasil foram questões que não escaparam aos parlamentários inglêses; falaram sôbre isso; discutiram. Mas foi só para “português ver”. A posse de Olivença e a ampliação da Guiana eram assuntos tratados no papel quando da paz de Amiens; mas havia um artigo secreto que dava o assunto por encerrado e êsse artigo não era favorável a Portugal.

*
* *
*

PAZ DE AMIENS (1802)

Antecedentes: a França e os filósofos; morte do rei e a primeira coligação (1793); a Convenção e o Diretório; dificuldades internas; campanha contra a Áustria: Leoben e Campo-Fórmio; expedição de Bonaparte ao Egito (1798) e seu regresso (1799); Luneville (1801); Amiens (1802).

Em 1802, a Inglaterra e a França, “tradicionais inimigas”, assinaram a Paz em Amiens.

Paz efêmera que foi um intervalo curto entre duas décadas de luta. Havia dez anos que lavrara a guerra. Estendera seus tentáculos da Mancha ao Mar Vermelho, do Guadiana ao Danúbio e ferira três continentes. As negociações para a paz duraram um ano e quatro dias, e chegara-se a acôrdo total, o que não acontecia desde 1792 quando o rei dos franceses declarou guerra à Áustria e Hungria, entre gritos entusiastas dos deputados que aclamavam a “guerra aos reis”, o preço da paz para os povos.

Não sabia Luís XVI que decretava a guerra contra si mesmo, na qual havia de soçobrar menos de um ano depois. Brunswick que o quisera auxiliar apressou a sua queda e foi o pri-

meiro rei que a França revolucionária “venceu” na luta contra os reis. Não lhe custou pouco essa vitória; vinte anos de guerra externa; uma guerra civil; terrores e convulsões; feridas em seu corpo.

Houve um frêmito que sacudiu as côrtes europeias quando a cabeça de Luís XVI caiu. Os exércitos que lutavam contra a França aumentaram de número.

No meio duma Europa monárquica não ficava bem uma França republicana, que o era já, mesmo antes de guilhotinar o rei. As notícias dessa república chegavam a tôda a parte, cada vez mais precisas, mesmo aos recantos das monarquias mais severas. As idéias que se misturavam a essas notícias iam abalando o prestígio dos reis e das côrtes; era necessário um remédio eficaz que sustasse tais idéias e salvaguardasse as corôas. Essas mesmas idéias, era pelo menos crença geral, se haviam difundido em França e a condescendência dos monarcas fizera a sua própria ruína. Verdade que se dá como origem das idéias outro século e outros países; mas foi na França que se propagaram, se divulgaram e deram os seus primeiros frutos. Dizer que foram os filósofos que fizeram a Revolução é lugar-comum em História, como o é dizer que não foram originais e que buscaram no empirismo inglês as fontes da sua doutrinação, fazendo valer certo materialismo, que se patenteia em sistemas de vários autores.

O século XVIII foi a época da Ilustração e um período filosoficamente diferente do século XVII de enorme atividade metafísica. Neste campo o século XVIII diríamos que foi estéril, não se preocupando com a filosofia propriamente dita, mas com a divulgação das idéias do século anterior. Não é fenômeno novo na história da filosofia. Mais de que uma vez se observou que a um período de intenso labor filosófico se seguiu uma planura sem altitude, que se usou na disseminação do saber adquirido no período transato. Há como que uma retração da mente que, negando-se à especulação propriamente dita, se vai distraindo em minúcias e combinações, que ampliam o campo de acesso, ainda que à custa de vulgarizações que às vêzes desvirtuam o sentido exato dum pensamento.

Em rigor, porém, não podemos afirmar que o Iluminismo fôsse apenas uma manifestação do empirismo inglês no continente. Elementos novos deram o seu concurso, alguns dos quais se originam no racionalismo cartesiano.

Pode, entretanto, dar-se ao Iluminismo uma origem empirista, porque, como filosofia, se dedica mais aos problemas do

conhecimento, da sensação, do objeto, do que aos problemas metafísicos. Depois, porque os temas do Iluminismo são, especialmente, políticos e econômicos, antes tratados pelos pensadores ingleses, como Tomás Hobbes que fala da igualdade entre os homens; dos direitos, que interpreta como liberdade; da transferência desses direitos para o Estado, que se torna absoluto, por exercer os direitos do homem sem restrição, o que este faria se, por questões de insegurança, não transferisse esses direitos.

Também Locke tratou esses temas e, à semelhança de Hobbes, conferia ao homem igualdade e liberdade. Mas não concede o Estado absoluto, já que o rei recebe a autoridade do povo, concluindo que a melhor forma de governo é a monarquia constitucional. Para chegar a esta conclusão teve que desmentir Robert Filmer, na sua teoria de “direitos divinos”.

Estas idéias, entre outras, são as que o Iluminismo difundiu e externou. Mas, para a divulgação entre as massas, a idéia tem que perder algo do seu rigor, tem que superficializar-se, vulgarizar-se, a ficar ao alcance de todos e de todos ser entendida. Foi a tarefa que empreenderam os filósofos da Revolução, que pretenderam o resumo de todos os conhecimentos para torná-los acessíveis a todas as camadas da população.

Dêste labor surgiu uma transformação radical na França do século XVIII onde se difundiram as idéias de “liberdade”, de “igualdade” que se opunham à “autoridade” e “hierarquia”; a idéia de “progresso” com Turgot e Condorcet que se opunha à “tradição”.

Mas o trabalho dos filósofos necessitava ser divulgado em publicações que transportassem a idéia. O gênero escolhido foi a enciclopédia. A primeira é da autoria de Pierre Bayle — “Dicionário histórico e crítico” — onde o autor exerceu uma atividade que poderemos chamar de exegética sobre variadas questões, especialmente sobre religião, atividade que foi secundada por outros autores, dando valor primordial à “razão”, à qual se rendeu culto, tornando-a soberana, a partir da idéia clara e distinta, seguindo a via dedutiva de Descartes.

Influência maior que o “Dicionário histórico e crítico” teve a “Enciclopédia”, editada por Diderot e d’Alembert e que teve a colaboração das maiores figuras do tempo, desde Voltaire a Rousseau; desde Montesquieu a Holbach. Foi a publicação que mais e melhor difundiu as idéias da época do Iluminismo.

A sua orientação materialista foi uma consequência, ainda, do empirismo inglês, ao qual Estêvão de Condillac emprestou o

seu concurso, expondo os seus princípios com mais rigor do que John Locke, reduzindo a experiência a mera impressão sofrida pelo sujeito, à custo do objeto.

Reconhecia apenas uma fonte de conhecimento, desmentindo a reflexão como faculdade cognoscitiva; todos os conhecimentos derivam da sensação e a esta se devem as diversas faculdades psíquicas. E' famoso o seu exemplo da estátua. O "Tratado das sensações" expõe a sua tese. A conclusão lógica a que chegaria, inevitavelmente, seria à negação, no homem, de qualquer princípio espiritual. Conclui, porém, ilógicamente e a sua conclusão foi contrariada pelos homens do Iluminismo. A sua posição é, no entanto, ditada pela moderação e fala mesmo da alma como unidade da consciência.

Não se observa esta moderação nos continuadores do "sensismo" do abade de Condillac, que antes o transformam em puro materialismo, tal como La Mettrie, Helvétius e Holbach, que consideram a sensação a única via de conhecimentos, e aceitam apenas a matéria como fundamento de tudo, incluindo a vida anímica.

A estas questões, que são às vêzes apaixonantes, outras se opõem, de maior acuidade e que na época conseguiram auditório bem maior, já pela sua mais fácil assimilação, já por uma predisposição especial dos espíritos. São os temas econômicos, os temas sociais, as teorias de Estado. A estes temas dedicam a sua atenção autores como Voltaire, Rousseau, Montesquieu e onde caberia falar de Condorcet, Turgot, os teorizadores da idéia de "progresso", buscando a liberdade do homem para consecussão de plena felicidade.

Voltaire a quem se considera o introdutor do Iluminismo em França, por mais eficiente que Pierre Bayle, teve influência extraordinária, para o que contribuiu enormemente o seu estilo, de feição sarcástica, que emprestou à língua francesa algumas das melhores páginas que já se escreveram.

Se filosoficamente foi superficial, literariamente impôs-se, a ponto das doutrinas que expunha, seguindo Locke e Newton, a quem considerava mestres, captarem a atenção de grande número e fazerem adeptos em tôdas as camadas.

Inovador, porém, foi na concepção e estudo da História. Nesta não pretende a narração dos fatos, senão o estudo dos costumes e do espírito humano. Insurge-se contra Pascal nas "Notas" contra o mesmo, da mesma maneira que se opõe a Santo Agostinho e a Bossuet, no seu "Ensaio sôbre os costumes", desmentindo a unicidade da História e fazendo cada

época independente, sem ligação com o passado, sem repercussão no futuro.

O providencialismo histórico, sustentado pelo bispo de Hipona em *De civitate Dei*, é contrariado por Voltaire, como tinha feito Fontenelle, quando desmente a ação de Deus na História, crença do Cristianismo.

No sentido rigoroso da palavra não se encontrará filosofia em Voltaire, que segue os passos do empirismo. A sua tarefa é denunciar os prejuízos que a razão pode sofrer, e lutar por um espírito nôvo. Faz lembrar os “ídolos” de Francisco Bacon.

Mas, de maior importância que Voltaire, talvez fôsse Rousseau, escritor brilhante também e cujos escritos tiveram projeção fácil e ampla. Se foi Voltaire o introdutor do Iluminismo em França, foi Jean Jacques Rousseau que lhe deu estrutura, com doutrinação vigorosa, a segurar o edifício em trajeamento de eficiente solidez.

“Contrato Social” foi o seu livro de mais conseqüências, onde estudou as origens da sociedade e do estado e pelo qual concluiu que o indivíduo é anterior à sociedade. Esta tem a sua origem na transferência que o indivíduo faz da sua liberdade e igualdade para a comunidade; mas não perde nada o indivíduo por assim transferir os seus privilégios, porque êstes se convertem em liberdade e igualdade civis, ficando os cidadãos como que súditos de si mesmo.

A soberania reside no povo e a lei é a sua vontade, não sendo o govêrno mais que o administrador em nome daquele e perante o qual fica responsável.

Foram de repercussão enorme os seus conceitos, e mais conceitos político-sociais inspiraram, que pesaram, decididamente na cuia revolucionária.

Outros autores de menor importância cavaram a sua leiva para a Revolução, além de Voltaire e Rousseau; mas basta-nos saber que andavam no ar as idéias de “liberdade” e de “igualdade” que ao depois foram inscritas na “Declaração dos Direitos”; basta-nos saber que foram essas idéias, aliadas a fatores de várias ordens, que levaram à transformação radical a França do século XVIII e que nessas transformações os filósofos não tiveram a quota menor. E’ verdade que não assistiram à mutação que propagaram; “não viram tudo o que fizeram, mas fizeram tudo o que nós vemos”.

A idéia é alguma coisa de universal; mesmo gerada no mais esquecido rincão ela se transporta aos lugares mais dis-

tantes, como se as as a locomovessem. Também as idéias dos filósofos “voaram”, passaram fronteiras, visitaram países, sibilaram aos ouvidos dos condutores dos povos, alguns dêles sem disposição para aceitarem o que se lhes afigurava incoerência. Mas as idéias deixaram rasto; fizeram marca. Levaram um rei à guilhotina. Foi quando os condutores de povos resolveram pôr fim a um estado de coisas afrontoso, que a Europa não devia permitir. Uniram-se e declararam guerra à França.

Quando, a 23 de janeiro de 1793, chegou a Londres a notícia da execução de Luís Capeto, o rei dos ingleses e a sua côrte manifestaram o seu pesar tomando luto, e o primeiro ministro Pitt, falou na Câmara dos Comuns, dizendo ser necessário “vingar o crime mais odioso e mais atroz a que a história se refere”.

Pretextos não faltavam para poder agir e a 1.º de fevereiro a Inglaterra declarou guerra à França. Pitt não perdeu tempo e apressou-se em firmar alianças e acordos com a Rússia, a Prússia, Sardenha, Nápoles, Toscana, Holanda, Espanha e Portugal. Era a primeira coligação européia contra a França regicida e mais cinco seriam assinadas antes que terminasse esta guerra de duas décadas.

Nesta primeira fase da luta ficavam neutras, apenas, a Dinamarca, Suécia e Turquia além de Veneza, Gênova e a Suíça.

A opinião pública francesa, sustentada pelos seus pilares mais representativos, acolheu com entusiasmo a luta e deu significado transcendente ao ato bélico que se desenrolava. “Cidadãos — exclama Barère — um inimigo mais para a França, é mais um triunfo para a liberdade”.

A iniciar a luta, o general francês Dumouriez foi encarregado da conquista da Holanda, onde entrou a 20 de fevereiro. A sua campanha, porém, foi uma série de insucessos que levaram as suas fôrças ao desânimo.

As relações do general com a Convenção e mesmo com o ministro da guerra eram um tanto tensas. Com o prestígio abalado na campanha dos Países-Baixos, inverteu o sentido das operações militares e, em vez de enfrentar o inimigo, virou-se contra a Convenção. Propôs-se, ao lado dos belgas e austríacos, marchar sobre Paris para restaurar a monarquia.

Cinco emissários foram ao seu encôntro intimá-lo a ir a Paris. Recusou. Lêem-lhe então um decreto que o suspendia das suas funções. Mandou prender os emissários da Conven-

ção e tomou-os como reféns. Na sua aventura apenas o seu estado-maior o acompanhou, enquanto os soldados franceses, advinhando que era traída a Convenção, a República, a França, pela qual se batiam, recusaram seguir o general.

Na linha do Reno também não foi feliz o exército francês contra os prussianos comandados por Brunswich e os austríacos de Wurmser, devido à indisciplina dos voluntários, que fizeram a derrota do general Custine a quem se chegou a acusar de traição.

A praça de Maiença, opondo tenaz resistência aos prussianos, capitulou depois de quatro meses de cerco e Valenciennes rendeu-se cinco dias depois de Maiença.

Nos Pireneus a Espanha e Portugal forçaram a fronteira do Russilhão.

As coisas não corriam bem para a Convenção, que teve ainda que fazer frente à insurreição da Vendéia que se transformou em guerra civil; às insurreições dos girondinos em Caen e em Bordéus; à revolta de Lyon. A guerra nas fronteiras e as revoltas internas criaram um período angustioso à Convenção e à França Republicana, que os ingleses pretendiam reduzir a um “nada político”, e a quem as revoltas internas facilitavam o caminho para Paris. Era rigoroso o bloqueio marítimo e a situação parecia perdida, enquanto os “Quinhentos” e os “Anciãos” se desentendiam a tornar a situação mais crítica ainda.

Parecia que tôdas as calamidades se abatiam sôbre a França republicana enquanto os governantes discutiam, os soldados desertavam, os generais a traíam, os civis se rebelavam. O mais perigoso, entretanto, era o inimigo que violava as fronteiras, espreitando uma ocasião propícia para o assalto. E, para sustar êste, era necessário um exército mais disciplinado que os voluntários entusiastas, recrutados nos departamentos e por êstes equipados, que careciam de organização, de disciplina, de qualidades militares e que davam um contingente crescente de desertores, para o que contribuíam os serviços de subsistência que quase deixaram o exército “morrer de fome”.

A Constituição de 1793 obrigava todos os franceses válidos ao serviço militar, sem distinção de classes, sem concessão de privilégios. Mas as dificuldades de recrutamento não se superaram com um decreto.

A Convenção permanecera numa hesitação parente da incompetência e surgiram discórdias entre alguns dos seus mem-

bros. Em virtude do perigo que a França corria, organizou-se um Comitê de Salvação Pública, capaz de enfrentar as circunstâncias e que se tornou num govêrno forte capaz de aplicar o código militar em qualquer emergência, ainda que de origem civil; capaz de conseguir subsistência e distribuí-las pelos exércitos; capaz mesmo de governar em regime de Terror.

Nos fins de 1793 haviam 642.000 homens em armas e o número de alistados crescia “numa nação de 25 milhões cuja preocupação deve ser a de salvar a República”.

Aos jovens caberia enfrentar os inimigos da Revolução, enquanto os chefes de família forjariam as armas e transportariam a subsistência e as mulheres trabalhariam nos hospitais. Também os velhos prestariam serviço encorajando os jovens e “pregando o ódio aos reis e o amor à República”, segundo um apontamento de Barère.

A formação dos quadros não foi difícil, pois que, apesar da emigração dos oficiais da nobreza, o exército chamou às fileiras muitos que tinham deixado o serviço. Operou-se o que se designou por “amalgama”, fusão dos efetivos novos com velhos efetivos e em princípios de 1794 havia nas fileiras 850.000 homens. A necessidade de armamento de tão grande contingente fez ampliar a fabricação de material bélico e trouxe novas técnicas de laboração desde os canhões à baioneta. As 258 forjas de Paris forneciam mais de mil fuzis por dia e as fundições fabricaram milhares de canhões por ano.

Aperfeiçoou-se o fabrico da pólvora; fundiu-se o aço, por novas técnicas, para sabres e baionetas; havia cursos de ensino, a que os sábios davam o seu contributo, ensinando a fabricar salitre, a fundir o bronze, a temperar os aços. O francês quase suspendeu a vida normal para se dedicar à defesa da pátria, dando cada qual o mais que podia à República, “fazendo de cada lar uma caserna; de cada praça um **atelier**, de cada porão um laboratório”.

Ao armar o exército ministrou-se a instrução com novas táticas, ofensivas e defensivas, aproveitando a exaltação revolucionária, que levava os soldados a entoar a “Marselhesa” nas cargas à baioneta.

Um nôvo código de guerra foi elaborado e, segundo êste, o comportamento para com o inimigo não deixava larga margem a filantropia. Criou-se a convicção de que a “República não era mais que uma cidade assediada”; era necessário, a todo o custo, esmagar a “aliança dos tiranos contra a liberdade”.

O exército que a França organizou, lutou contra a Europa inteira; tornou-se o instrumento que decidiu da sorte dos países estrangeiros e deu à nação o sabor agradável da vitória, fazendo amargo o viver dos povos que submetia.

Sem dúvida que os sucessos se deveram a essa máquina enorme que a França criou, instruiu e dispôs, da melhor maneira, nos pontos vitais da estrada para o futuro. Mas, por paradoxal que pareça, foram as nações européias que deram o melhor contributo para as vitórias da República, que, em princípio, queriam esmagar para vingar um rei.

A aliança era, em grande parte, nominal. Entre os aliados não houve unidade perfeita porque não houve uma direção comum e não houve unidade de objetivos. O que havia era interesses divergentes. A não ser assim o fracasso das forças republicanas teria ido mais longe quando, no início da guerra, Dumouriez traiu a República, quando, nas margens do Reno, Custine fracassou, quando, enfim, os exércitos estrangeiros já pisavam o solo francês e a guerra civil lavrava nas províncias da França. A incomunhão de idéias por parte dos aliados, porém, tornou morosas as operações e a morosidade trouxe a inércia, concedendo tempo ao Comitê de Salvação Pública par organizar o exército mais numeroso, que já se convocara no mundo; exército de tal maneira poderoso, que foi capaz de aniquilar os que, na ocasião mais propícia, não se atreveram a aniquilar a França.

A coligação das nações fôra obra da diplomacia e com a diplomacia se desenrolaram as intrigas. Surgiram divergências a cada passo, que só aproveitavam à República, preocupada em engrossar as suas forças.

Não estavam longe as primeiras vitórias francesas. Em outubro, dia 15, no ano de 1793, Jourdan venceu em Wattignies, na fronteira norte, quando, na última fase dos combates, os seus soldados carregam à baioneta cantando a "Marselhesa". Embora não ficasse bem definida a sorte das armas, os austríacos se retiraram, prudentemente, na noite de 16, enquanto o general francês esperava completar o sucesso no dia 17, que amanheceu sem inimigos à vista.

Em dezembro, os austríacos foram obrigados a passar o Reno, depois das operações de Wessembourg, ficando a fronteira alsaciana livre de estrangeiros. Também Kellermann conseguiu manter os piemonteses, que se dirigiam a Lyon, fora do território francês.

O ímpeto dos inimigos da República estava quebrado e as fronteiras livres de estranhos, a não ser nos Pireneus, onde a Espanha e Portugal punham pé no Russilhão.

As vantagens da Convenção concretizavam-se, ao livrar as fronteiras dos exércitos que manobravam para vingar a morte de Luís Capeto.

Mas não terminava o estado de alerta. Inglaterra e Áustria eram os mais diretos inimigos da França e o ministro inglês, Pitt, não se cansava de incitar a guerra no continente, arregimentando as nações disponíveis para a luta, enquanto as esquadras inglesas tinham ordem para, no oceano, proceder livremente. Neste campo a Inglaterra levava vantagem. Aos 76 vasos de guerra de que a França dispunha, podia a Grã-Bretanha opor nada menos de 115, a que se juntaram as esquadras da Holanda, de Portugal e da Espanha.

A esta desvantagem numérica juntava-se ainda a da qualidade das guarnições, visto que os oficiais da marinha francesa se haviam dispersado com a emigração. Recrutaram-se civis para substituir aquêles; mas, ainda que corajosos e bravos, eram de todo ignorantes nos trabalhos de marinhagem. A Convenção procurou remediar o estado da sua marinha votando somas enormes para a construção naval e ordenando que os navios mercantes fôsem armados. As fôrças que conseguiu, porém, eram improvisadas, ineficientes, portanto, para enfrentar os ingleses.

Por terra a situação era outra e as possibilidades da França cresciam dia a dia.

Aos sucessos militares seguiram-se consequências políticas, como às medidas políticas se tinham seguido consequências militares.

Em 1794 o exército do Norte conseguiu vantagens apreciáveis, como a batalha de Tourcoing, que antecedeu pouco tempo a batalha de Fleurus, de que saiu vitorioso Jourdan. Esta vitória permitiu que o francês Pichegru caminhasse para Bruxelas, o que levou os ingleses a retirar para a Holanda, enquanto Jourdan empurrou os austríacos, operações que levaram à conquista total da Bélgica.

Julgou-se, e com razão, que a invasão da França estava frustrada. Começava o exército da República a operar eficientemente, exército que se formara, organizara, instruíra e armara, depois das medidas de exceção adotadas no ano anterior, quando se criara o Comitê de Salvação Pública, a que se deram plenos poderes e que se transformara na ditadura extrema,

conhecido por Terror. A França estava em perigo e tôdas as medidas eram admissíveis. As vitórias do exército de França afastaram, porém, o perigo que a República corria e o “Terror” não tinha mais razão de ser, porque as fronteiras estavam salvas.

27 de julho, o “nove termidor”, pôs, praticamente, fim ao regime de exceção.

Os exércitos estavam já em território estrangeiro e na Convenção debatia-se o problema de saber se o país devia aumentar o seu território à custa de anexações aos países vizinhos e até onde deviam ir essas anexações.

A maioria declarava-se pela expansão territorial, pelo menos para restituir à França as suas “fronteiras naturais” que são dos Alpes aos Pireneus e dum mar ao outro mar, evitando as possessões estrangeiras no norte, a causa de “séculos de guerra”, como dizia Sieyès.

Era, entretanto, necessário fazer a paz com a Espanha e a aliança com a Prússia e com a Holanda. Não se falava, porém, da paz com a Áustria ou com a Inglaterra, contra as quais se continuaria a guerra, depois de todos os acordos firmados.

Os exércitos estavam ativos, dispostos nos postos convenientes: ao Norte; no Reno; nos Alpes onde venceram os piemonteses, que haviam resistido dois anos, em Saorgio, ao general Dumerbion, que conseguiu vantagens nas operações, depois de ouvir o conselho do comandante da sua artilharia, que era um jovem de nome Bonaparte.

As vitórias francesas trouxeram um desejo de paz que a Convenção necessitava e que alguns coligados não desprezaram. Assinou-se um acôrdo em janeiro de 1795, com a Prússia, à qual se reconheciam os territórios da margem direita do Reno, pelo tratado de Bâle.

Com a Holanda foi assinado em maio o tratado de Haia e em julho firmou-se a paz com a Espanha que pôs fim à luta dos Pireneus Orientais e que levou Carlos IV a reconhecer o govêrno da República.

A paz com a Espanha foi assinada independentemente de Portugal, que ficava em posição singular, pois que, sem ter conhecimento do acôrdo assinado, passava, repentinamente, a ser inimigo da Espanha, quando se julgava ainda aliado.

Áustria e Inglaterra continuavam em luta, mas as vantagens da Convenção, conseguindo as fronteiras da antiga Gália e o reconhecimento do regime por um Bourbon, foram, na verdade, excepcionais.

Basta que nos lembremos que a monarquia, em mais de nove séculos, não chegara aos limites da Gália antiga, coisa que a República conseguiu em escassos anos de govêrno. Com isto se prestigiou aos olhos dos franceses.

A vida da Convenção, entretanto, estava quase no fim. Em 1795 foi substitutivo o govêrno dos cinco diretores, como estabelecia a Constituição do Ano III, votada ainda pela Convenção. Ficavam constituídas duas assembléias: o poder legislativo; e o Diretório: poder executivo.

As duas assembléias, a dos “Quinhentos” e a dos “Velhos” e aos cinco diretores não era pequena a tarefa que se transmitia. A insurreição da Vendéia não chegara ainda ao fim, embora para lá houvessem convergido fôrças tiradas das fronteiras, depois que a paz foi assinada com a Prússia, a Holanda e a Espanha. Na ordem externa havia a guerra com a Austria e a Inglaterra. Internamente, havia surgido um estado de espírito peculiar, fruto da Revolução e que se agravava com o Terror, que emprestara a tudo e a todos uma certa noção de instabilidade e insegurança. As vitórias dos exércitos não chegaram para tranquilizar os franceses, a quem parecia que a Revolução não terminava mais. As conquistas feitas, política e socialmente, haviam-se mantido, mas não fôra sem dificuldades que se conservaram e estava ainda bem perto o Terror, que deixara as suas marcas, vivas demais, para se poderem esquecer.

A par disto a ação duma imprensa livre, muitas vêzes pessimista, que confundia mais o cidadão. Havia fações a quem agradava a volta do regime anterior, sugerindo o regresso de Luís XVIII, e que tinham órgãos próprios que propagaram as suas teses.

A anarquia de espíritos trouxe um relaxamento de ânimos, dando a impressão que a política não interessava mais às massas, que antes se deixaram galvanizar por idéias novas e que apressaram a Revolução.

E’ por isso que o Diretório, logo no início do seu mandato, fêz saber numa proclamação, de novembro de 1795, que estava disposto a “reprimir tôdas as fações... anular todo o espírito de vingança, fazer reinar a paz e a concórdia” no intuito, talvez, de restituir a confiança aos franceses, propondo-se, a par disto, “regenerar os costumes, reanimar a indústria... restabelecer a abundância e o crédito público”.

Era programa vasto que requeria esforço e competência dos homens que presidiam aos destinos da França. Mas a

competência requerida era negada pelos jornais, entre os quais o “dos homens livres” que julgava o Diretório incapaz e mesmo traidor.

Em setembro de 1796 descobriam-se os planos de uma conspiração jacobina que se destinavam a derrubar os “novos tiranos”.

Em janeiro seguinte uma outra conspiração, planejada pelos realistas, foi descoberta e entre os seus planos havia instruções de Luís XVIII.

A atividade realista agravara-se depois das eleições dos novos deputados, que começaram uma guerra de intrigas contra os diretores. Qualquer pretexto servia para os ataques, fôsse a política econômica, a política religiosa ou os gastos militares.

O Diretório, porém, contava com apoios vários, entre os quais o do exército da Itália, comandado por Bonaparte e que enviou algumas mensagens, que continham ameaças dirigidas aos realistas, entre os quais muitos deputados se contavam.

Para remediar, para pôr termo a êste estado de coisas o próprio Diretório desferiu o golpe do “18 fructidor” que deportou 65 cidadãos, excluiu 198 deputados e fêz pronunciar 160 sentenças de morte. Votaram-se leis contra os clubes, centros de conspiração; extinguiam-se alguns jornais e vigiaram-se outros, enquanto vários jornalistas foram obrigados a sair do país.

A pacificação, que podemos chamar de política, estava conseguida, pela “repressão de tôdas as fações”, com o golpe de 4 de setembro de 1797.

A essa data os exércitos franceses operavam em diversos pontos, pois que o Diretório não descurava a guerra com a Inglaterra e a Áustria.

Os exércitos do Norte, do Reno e da Itália, haviam empreendido uma operação conjunta, contra êste último país, sob o comando, respectivamente de Moreau, Jourdan e Bonaparte. Tinham a finalidade de obrigar a Áustria a um armistício, que foi conseguido, especialmente pela ação do exército da Itália chefiado por Napoleão, que não muito antes fôra apenas o comandante de artilharia do general Dumberbion. Fêz a campanha com tal brilhantismo, que se considera a “mais bela de tôda a sua carreira”. Serviu-lhe, para isso, a sua estadia, em 1795, no Departamento Topográfico para a Direção dos Exércitos, onde teve oportunidade de consultar documentos do depósito sôbre as guerras da Itália. Os estudos que fêz e os rela-

tórios que elaborou, serviram-lhe magnificamente, para a campanha de 1796 e algumas das operações foram-lhe sugeridas por campanhas anteriores. Foram êstes estudos, que, aliados ao seu gênio excepcional, o levaram a vitórias retumbantes sobre os piemonteses e os austríacos, com fôrças duas vêzes maiores e lhe permitiram chegar a Milão.

A Austria, assustada, mobilizou à pressa um nôvo exército de 70.000 homens, cujo comando foi entregue a Wurmser. Não foi mais feliz que o primeiro, o que levou os austríacos a enviar outro chefe que enfrentasse Napoleão. Alvinzi, porém, não foi mais afortunado e com 38.000 homens, apenas, Bonaparte venceu os 75.000 austríacos que lhe opunha aquêlo chefe. O arquiduque Carlos não conseguiu melhores resultados frente à tática desconcertante do corso, que fazia dos movimentos rápidos; dos ataques de surprêsa, antecipando-se ao adversário; ou da manobra arriscada, adaptando-se às condições do terreno, as melhores armas de combate. Demais, sabia aproveitar o ardor das tropas republicanas, com as quais fêz da guerra uma arte nova, que lhe rendeu a popularidade suficiente e o levou ao govêrno da França.

Os austríacos pediram a paz que foi assinada em Leoben. Esta não foi apenas uma vitória militar de Napoleão, mas, mais do que isso, uma vitória política. Com Leoben começou a autonomia de Bonaparte, que foi muito além das atribuições de que o encarregara o Diretório, não esperando, sequer, as instruções dêste.

Na Itália procedeu discricionariamente, exigindo tributos e mandando retirar quadros ou manuscritos dos museus e arquivos, o que deu a impressão de pilhagem a que as populações reagiram. Mas não eram as populações revoltadas e indefesas, que iam fazer depôr as armas ao vencedor de exércitos numerosos e bem armados.

O Diretório percebeu a autonomia com que Napoleão procedia, mas não a reprimiu. Houve porém um momento em que a situação do corso correu perigo. Foi no momento em que se pensou nomear Kellermann o comandante do exército da Alta Itália.

A reação de Bonaparte não se fêz esperar e pediu a demissão. O Diretório podia bem fazer valer a sua autoridade, aceitando a demissão do jovem general, mas não fêz. Haviam chegado a França alguns dos milhões cobrados por Napoleão aos povos conquistados; algumas obras de arte dos museus mais nomeados; e, parece, até cavalos de luxo para subs-

tituir os velhos cavalos que tiravam as carruagens dos diretores. Além do mais, Bonaparte prestara serviços inestimáveis à República, levando a bom termo o seu exército através dos Alpes, o que não acontecera com os de Moreau e de Jourdan. Talvez por tudo isso, ou por outras razões, o Diretório recuou.

Napoleão beirara o abismo onde se podia ter precipitado. Mas não se precipitou; alcançou o cume. Recebeu poderes ilimitados e a sua autoridade ante o govêrno, parece que se tornou tamanha quanto a que mantinha em relação aos seus soldados.

Depois da paz, provisoriamente assinada em Leoben, acertou-se o tratado de Campo-Fórmio, onde conseguiu as vantagens que quis para a França; aliás, a paz que o Diretório pretendia com a Áustria, para o que enviara três exércitos a Viena. O povo francês recebeu com entusiasmo as notícias do tratado que se firmou e aclamou delirantemente os estandartes que os vencidos abandonaram em batalhas ganhas por Napoleão e seus soldados, quando se exibiram em paradas os troféus tomados ao inimigo. O chefe do exército, o vencedor das batalhas, o homem que fizera chegar à França êsses troféus, foi ruidosamente festejado à sua chegada, como o não fôra qualquer outra personalidade da República.

Terminara a primeira parte da luta reduzindo um dos inimigos mais constantes e mais perigosos.

Havia um outro não menos perigoso e constante e que se procurava reduzir também: a Inglaterra.

A sua posição na luta e a sua situação geográfica eram um quebra-cabeças que desafiava as melhores imaginações e a mais audaz das táticas. A sua maior fôrça estava no mar e não havia muito tempo que as suas esquadras haviam derrotado a esquadra de Espanha, agora aliado da França, perto do Cabo de São Vicente, na costa portuguesa.

A sua posição insular exigia, para um ataque decisivo, a travessia dêsse mar onde a Inglaterra era senhora absoluta. Era ousadia bastante pensar em fazer caminho até às ilhas inglesas. Essa ousadia cometeu-se, à custa de veleidades de irlandeses que pretendiam a separação da Inglaterra e a constituição de uma república irlandesa. Fracassou a tentativa. Uma outra vez é tentado o assalto pelos holandeses a quem o Diretório emprestou o seu apôio; mas não foi mais feliz a operação. Os franceses bem sabiam ser loucura pretender atingir as ilhas. Por isso se teria pensado em mudar o eixo das

operações militares atacando, indiretamente, a Inglaterra no Egito e na Índia. Era um plano ousado, que poderia chamar-se mesmo louco; mas preenchia as exigências das duas partes: do Diretório e de Napoleão.

A êste conferia o bastão de mando que êle, sedento de glórias, almejava, no desêjo de façanhas onde representasse o primeiro papel.

Ao Diretório, também o plano conferia vantagens, a primeira das quais, e a de maior vulto, era o afastamento do corso do cenário parisiense.

Por isso Bonaparte recebeu amplos poderes para a preparação da expedição ao Egito. Concentrou as suas fôrças em Toulon, preparando 500 navios, onde embarcaram 35.000 soldados e 10.000 marinheiros para missão que se manteve em segrêdo e só foi revelada em alto mar.

Com Napoleão, já o sabemos, seguiram sábios de renome, capazes de arrolar as riquezas artísticas do mundo dos faraós. A Expedição foi de Toulon a Malta e seguiu para Alexandria, conseguindo escapar à vigilância da esquadra de Nelson.

Napoleão, sem dificuldade, tomou Alexandria e caminhou, deserto fora, com destino ao Cairo, deixando uns tantos pelo caminho, vítimas de febres. A marcha foi-se tornando penosa e afetou alguns generais, mas a energia de Napoleão e de Kléber não se desmentiram nos momentos mais difíceis.

Houve recontros pelo caminho, de menor importância. Só à vista de Cairo a cavalaria dos mamelucos investiu, com fúria e a audácia, para dar a vitória a Bonaparte, à vista das pirâmides, monumentos de "40 séculos".

Depois da conquista do Egito, Napoleão foi à Síria, não havendo sido demasiado feliz na sua excursão.

Já se havia assinado a segunda coligação das nações europeias na qual entraram, a par da Inglaterra, e a Rússia, a Turquia e a Áustria refeita de Campo-Fórmio.

A peste grassava entre o exército, mas Bonaparte conseguiu vencer os turcos em Abuquir em julho de 1799.

Napoleão, entretanto, recebeu notícias de Paris, de seu irmão José, que lhe deu novas da situação política. Tanto bastou para que tomasse o caminho da França, sem esperar o consentimento do Diretório. Deixou o comando do exército a Kléber e fugiu do Egito a caminho do poder.

A situação do Diretório não era fácil a essa altura. Fôra assinada a segunda coligação e os exércitos nas fronteiras, passavam dificuldades, já pela falta de subsistência, já pela

atividade dos inimigos, que conseguiam vantagens, especialmente nos Alpes. O clima de insegurança criado pela inoperosidade dos soldados do Diretório aproveitou-o Napoleão para terminar no poder pelo "18 Brumário". Fatôres diversos se haviam conjugado para que, ao findar dum século e ao iniciar-se outro, Bonaparte se encontrasse à frente dos destinos da França.

Como cônsul fêz frente aos aliados europeus para o que enviou Moreau contra os 120.000 austríacos de Kray; e Massena, com apenas 25.000 homens, contra outro exército de 120.000 austríacos, enquanto o próprio Napoleão organizava um exército de reserva de 60.000 homens.

As vitórias de Marengo e Hohenlinden afastaram a Austria da luta, que foi levada a assinar a paz de Luneville em 1801. Mantinha-se em luta a Inglaterra e a Turquia lutava no Egito contra os franceses, então sob o comando de Menon, porque Kléber fôra assassinado no Cairo.

A Rússia pretendia uma aliança com a França e Portugal fizera o tratado de Badajoz em junho de 1801.

Nesta altura a Inglaterra pensava em paz e esta foi assinada, em 25 de março de 1802, em Amiens.

*
* *

DEPOIS DE AMIENS

Reinício da luta na Europa; O Império e as vitórias napoleônicas; "Bloqueio continental" (1806).

Amiens valeu escassos meses de pausa no conflito anglo-francês. Depois do tratado, nem a França nem a Inglaterra procedem como países que querem a paz.

Antes uma série de quesilhas enevoam dia a dia o ambiente e nem Bonaparte nem Jorge III cedem a favor dum entendimento. Em maio de 1803 o embaixador inglês deixou Paris e a guerra começou por uma ação naval inglesa que atacou os navios mercantes que navegavam sob a bandeira francesa ou holandesa. Mais de 1.200 navios foram incomodados.

Napoleão, como represália, mandou confiscar os bens dos ingleses residentes no território da República e proibiu a venda de produtos ingleses. Chegou a fazer os preparativos para uma invasão às ilhas britânicas, que não levou a cabo pelas dificuldades já antes encontradas.

A guerra, porém, aproveitou-a Bonaparte, hàbilmente, para explorar os sentimentos contra os inglêses e impor ao seu povo as ambições pessoais. Assim chegou a imperador.

A renovação da luta só se deu, verdadeiramente, no Império, quando Napoleão já cuidara minuciosamente da preparação das suas fôrças, organizando, modificando, melhorando. Não esquecer a pormenores mais insignificantes, revelando aí tóda a sua capacidade de chefe. Dos contingentes enormes, às suas ordens, escolheu os melhores corpos para formar a guarda imperial, que chegou a 92.000 homens.

O melhor prêmio que concedia era o elogio do imperador e este nunca o regateou, o que era um estímulo constante para as fôrças imperiais.

A sua guarda seguia-o sempre, por tóda a parte e só lutava sob as suas vistas, tendo, não poucas vêzes, decidido da sorte das batalhas. Fôrças com missão semelhantes já as tivera na primeira campanha da Itália e na expedição ao Egito, mas foi como imperador que aprimorou a sua qualidade e aumentou o seu número para contingente elevado.

Era ambição de todos os corpos fazer parte da guarda do imperador, mas êsses corpos sabiam que só a qualidade os levaria a tamanha honra; esta ambição deu a Napoleão o melhor exército do mundo, em contingentes nunca alcançados. Os convocados de 1800 a 1815, calculam-se, pelas melhores estatísticas, em 3.150.000, havendo de acrescentar número igual dos serviços auxiliares e dos contingentes não franceses.

Foi a mais extensa, a melhor aparelhada e a mais eficiente máquina de guerra que já havia elaborado. Retalhou nações, depôs reis, venceu exércitos, massacrou populações. Inundou um continente que ficou submerso em ondas rubras de que as espadas se tingiram; dez invernos rigorosos caíram sobre a Europa, que não viu, durante êles, o sol da paz despontar no horizonte, ainda que os povos, tiritando, o desejassem para continuar a sua vida.

O imperador defrontou a Europa que se aliara pela terceira vez. Inglaterra, Suécia, Austria e Rússia lutam contra a França mas a luta só se desenrola, verdadeiramente, depois que a França se decidiu pelo Império, como já dissemos.

As primeiras ações foram contra os austríacos destrôdos em três semanas, não tanto pela fôrça das armas, como pela tática de Napoleão. Mack, que dispunha de 100.000 homens e se encontrava com o grosso das suas fôrças em Ulm,

acreditou que não podia sair da posição tomada nem ser socorrido. E' que Bonaparte dispusera seus exércitos de forma a ludibriar o general austríaco, que pensou, exatamente, como o Imperador previra e se rendeu com 33.000 homens deixando nas mãos do inimigo 60 canhões. Era o dia 20 de outubro de 1805, véspera da batalha de Trafalgar e quando a esquadra saía de Cádiz com 33 navios comandados por Velle-neuve, para lutar com a esquadra de 27 unidades sob o comando de Nelson.

No dia seguinte a França pagava no mar a vitória alcançada em terra contra os austríacos.

Havia duas supremacias em jôgo e ambas se mantinham; a de Napoleão no Continente; a dos inglêses no mar.

Mas Bonaparte não parou em Ulm. Caminhou para Viena e defrontou 90.000 austro-russos, que venceu em Austerlitz, conseguindo com esta vitória a paz de Presburgo.

Austerlitz desfêz a impressão de Trafalgar e constou que foi a causa da morte do ministro inglêz, Pitt. As tropas russas, que haviam operado juntamente com as austríacas, puderam retirar-se, sem outros revezes, para o seu território, e a Rússia não chegou a fazer as pazes com a França.

A quarta coligação estava firmada no ano seguinte e a Inglaterra conseguiu a aliança da Rússia, da Prússia, e da Suécia, assinada em 15 de setembro de 1806.

Um mês depois, a 14 de outubro, Napoleão venceu em Iena os prussianos, que deixaram nos campos de batalha 22.000 mortos e feridos, 18.000 prisioneiros, abandonaram 200 canhões e 60 estandartes.

Do exército da Prússia ficaram alguns corpos desorganizados que se renderam sem dificuldade, enquanto o exército de Napoleão se apoderava das praças, antes de desfilar vitorioso na cidade de Berlim.

A Rússia, entretanto, mantinha-se na luta que se resumiu a algumas escaramuças na Polônia, porque o inverno entrara rigoroso e tudo cobrira de neve, obrigando Napoleão a guardar os quartéis de inverno, esperando melhor estação para as operações.

A ação dos russos, porém, obrigou o Imperador a enfrentar os seus exércitos debaixo de neve e por sôbre o gêlo, quando em Eylau, a 8 de fevereiro de 1807, se travou uma batalha das mais violentas e onde Bonaparte se viu em situação crítica. Afastou o perigo ordenando a Murat a carga decisiva

na batalha com os 90 esquadrões que comandava. Quando a noite chegou havia mortos e feridos aos milhares, por cima do lençol branco de neve, manchado do rubro do sangue que, durante horas, correrá. 30.000 russos e 10.000 franceses entre mortos e feridos. A sorte das armas não ficara, porém, decidida e, por isso mesmo, julgou-se que Napoleão não era mais invicto. Mas Friedland que se feriu a 14 de junho, refêz o prestígio do corso e reatou a sua tradição de invencível.

Fêz-se a paz de Tilsit. O tzar Alexandre ganhara admiração pelo corso e ficara ressentido com a Inglaterra, a quem atribuía o desastre de Friedland, por falta de apóio.

Napoleão sabia da impressão que causava ao tzar e dos sentimentos dêste para com os inglêses. De Tilsit saem os dois aliados. Estavam, praticamente, submetidas as nações da Europa, uma vez que Napoleão havia dominado a Áustria e a Prússia e conseguira a aliança da Rússia com quem repartia o domínio do continente.

Do tzar conseguira o abandôno da aliança inglêsa e satisfação para o seu decreto de Berlim. A Inglaterra, por sua vez, viu os portos russos fechados para os seus navios.

De tôdas as medidas adotadas por Bonaparte, cremos que a de maiores consequências foi o “Bloqueio Continental”, depois da vitória de Iena. A guerra desenrolara-se, desde a Revolução, na Europa oriental.

Só depois do decreto de Berlim se desloca para Ocidente e chega às costas lusitanas. Poderá parecer de pouca monta êste pormenor, mas teremos que recordar a capitulação de Junot na “Convenção de Sintra”. Portugal, como a Dinamarca e como a Santa Sé, recusou anuir ao ordenado pelo Imperador. Daí a reação militar do corso que iniciou em Fontainebleau, de acôrdo com a Espanha, as operações que trouxeram para a História a Guerra Peninsular. Portugal tomava uma posição clara na luta contra Napoleão e as consequências da sua posição sentiu-as, quando em 1807 começaram as incursões napoleônicas no território português conhecidas como “Invasões francesas”.

A turbulência do século XIX exigia de Portugal o seu tributo e o século estava ainda no início!...

*

* *

2). — As invasões francesas.

A aliança anglo-portuguêsa e o “Bloqueio Continental”; Tratado de Fontainebleau: disposições sôbre “conquista” e “partilha” de Portugal; Junot e a primeira invasão (1807); a rebelião portuguêsa e o auxílio inglês; Roliça, Vimeiro e a Convenção de Sintra.

O segundo lustro do século XIX é sobremaneira significativo na História de Portugal.

Em 1807 iniciaram-se as invasões francesas, ao pêso das quais o país se vergou por algum tempo, fruto de consertos entre os seus mais próximos vizinhos: espanhóis e franceses.

Foram em número de três essas invasões, mas francesas foram apenas as duas últimas, que a primeira pode designar-se, com efeito, franco-espanhola.

Portugal foi vítima da sua aliança secular com a Inglaterra, à qual se manteve fiel, ainda que tivesse consciência dos riscos que corria e das contingências a que se expunha. Mercê da sua situação geográfica privilegiada e da feição vantajosa das suas costas, era uma pedra cobiçada na luta que a Inglaterra e a França — “tradicional inimigas” — desenvolviam pela supremacia absoluta. O duelo vinha já de longa data e a Inglaterra concertara a quarta coligação das nações européas contra Napoleão, que mantinha, então, a supremacia no continente e cujo domínio chegaria a estender-se para lá da fronteira russa:

O Imperador dos franceses estava, porém, encarcerado pelo poder naval britânico. A esquadra inglesa, vitoriosa em Abukir, na qual a frota portuguêsa cooperara, confirmou a sua supremacia em Trafalgar ao destroçar a esquadra franco-espanhola ainda que lhe custasse a vida do Almirante, que na ordem do dia fizera escrever: “A Inglaterra espera que cada homem cumpra o seu dever”.

Nelson perdeu a vida, mas ganhou o domínio dos mares onde o pavilhão inglês podia singrar livremente.

Napoleão sabia que era senhor do Continente. Tinha, contudo, a consciência de que dali não sairia jamais, pois que a esquadras inglesas o bloqueavam em tôda a extensão e o ameaçavam em todos os portos onde pudesse fundear. O seu poderio em terra contrastava com sua fraqueza nos mares. Não possuía fôrças nem recursos para opor os navios ingleses. O último trunfo perdera-o em Trafalgar. À imaginação do Im-

perador não faltavam, todavia, recursos e não era homem que se deixasse abalar por uma contrariedade.

A arma dos ingleses era o bloqueio insistentemente oposto. Não pôde evitá-lo. Não obstante, revelou-se, aqui, a fecunda imaginação de Napoleão.

A arma do inimigo adotou-a também por arma. A bloqueio opôs bloqueio. Se os ingleses, senhores dos oceanos, o bloqueiam por mar, êle, dono em terra, bloqueou o inimigo por terra.

Foi assim que depois de derrotar os prussianos em Iena, quando êstes se haviam coligado com a Inglaterra, a Suécia e a Rússia, entrou em Berlim, em outubro de 1806, e de lá decretou, a 21 de novembro, o “Bloqueio Continental”.

Restava-lhe, porém, fazer aderir as nações ao seu decreto. Para isso contava com a força das suas armas e terror dos seus exércitos. Havia, entretanto, quem se atrevesse desobedecer a Napoleão e não fechasse os portos aos navios ingleses, ou apenas simulasse obediência ao decreto. Neste passo encontrava-se Portugal num dos mais terríveis dilemas da sua História. Aliado da Inglaterra, ante a qual tinha deveres a que se não podia eximir, senão à custa da sua aliança, era senhor dum litoral extenso onde os navios ingleses sempre encontravam abrigo. Napoleão, senhor do Continente, exigia que se lhes fechassem, simplesmente, os portos. Os diplomatas indagavam em Londres o papel da Inglaterra, no caso de desobediência, respeitando a aliança inglesa. Não conseguiam respostas concretas e os diplomatas ingleses preferiam o caminho das evasivas.

Napoleão, entretanto, exigia e essas exigências eram estimuladas pela intriga do ministro espanhol, Godoy, particularmente interessado numa ação contra Portugal. A êsse tempo Espanha e França encontravam-se em boas relações e ambas empenhadas na luta contra a Inglaterra. Enquanto pôde, o governo português manteve-se na dúbia posição de agradecer o curso e afirmar a sua fidelidade à Inglaterra.

Fingiu mesmo obedecer a Napoleão, confiscando bens a ingleses e ordenando o fechamento dos portos. Pretendeu, assim, ganhar tempo enquanto os representantes ingleses não davam respostas satisfatórias às consultas sobre o seu comportamento, no caso de desobediência ao Imperador dos franceses. Mas Manuel Godoy, ministro de Carlos IV, ia trabalhando às ocultas e a coincidência de interesses dêste e do Imperador, trouxe, como resultado, a entrega duma nota pelo represen-

tante francês em Lisboa, Reyneval, ao governo português, no dia 12 de agosto de 1807, em termos de ultimato (1).

No mesmo dia, também o embaixador espanhol fez entrega duma nota ao governo português. As exigências eram virtual declaração de guerra a Portugal.

A nota entregue por Reyneval, reclamava: que, até ao dia 1.º de setembro, o Príncipe Regente “se subtraia à influência inglesa” (2), e declare guerra à Inglaterra, expulse o embaixador inglês de Portugal e, ao mesmo tempo, chame o seu embaixador de Londres; prisão dos subditos de Sua Majestade Britânica e confisco das mercadorias inglesas; encerramento dos portos aos navios ingleses; reunião das esquadras portuguesas às francesas e espanholas para lutar contra os ingleses.

Não aceitas essas condições, o embaixador francês retirar-se-ia, o que equivalia a declaração de guerra. Contudo, o gabinete português não se deixou atemorizar e, a 21 do mesmo mês, redigiu a resposta numa nota, em que declarava que nem os ingleses estabelecidos em Portugal seriam presos, nem os seus bens confiscados. Era demasiada ousadia opor-se assim, abertamente, às exigências de Napoleão. As consequências, porém, não foram tão funestas, porquanto, a 20 de setembro, nova nota do embaixador francês, foi expedida, mas em termos mais comedidos, talvez em razão de não estar ainda formado o exército de invasão destinado a Portugal. Entrementes, procurava saber-se da Inglaterra qual seria a sua conduta, no caso dos exércitos napoleônicos investirem contra Portugal; nem promessas se conseguiram. Apenas o ministro Strangford adiantara, após a nota de 12 de agosto que, se a Côrte desejasse retirar-se para o Brasil, a esquadra britânica se dispunha a fazer a escolta. Também o mesmo Strangford teve uma entrevista com o Príncipe Regente depois da nota entregue por Reyneval em 20 de setembro.

Foi prolongada essa entrevista e talvez fôsse base para não aceitar terceira nota que Reyneval pretendeu entregar.

Em fins de setembro, mais precisamente, em 1.º de outubro, os embaixadores espanhol e francês, respectivamente, Campo Alange e Reyneval, deixaram Lisboa. Estava declarada a guerra contra Portugal pelos dois países vizinhos.

(1). — M. Lopes de Almeida, *História de Portugal*, ed. de Barcelos, vol. VI, pág. 318.

(2). — *Ibidem*, *idem*.

Nesse mês de outubro, os dois aliados firmaram um tratado que estabelecia, em sete artigos, as condições de conquista de Portugal. É conhecido pelo “Tratado de Fontainebleau” (3) e tem a data de 27 daquele mês. A êsse tempo, porém, já as tropas do Imperador marchavam através da Espanha, ia para dez dias, afastando-se dos Pireneus onde se haviam concentrado, num total de 28.000 homens, segundo o artigo 1.º do já mencionado “Tratado de Fontainebleau”. Por êsse artigo, 25.000 homens de infantaria e 3.000 de cavalaria, de Sua Magestade o Imperador, entrariam em Espanha para se dirigirem diretamente a Portugal, com mais precisão, a Lisboa.

Êsse contingente seria reforçado por 8.000 homens de infantaria e 3.000 de cavalaria da nação espanhola e, ainda, com 30 peças de artilharia.

Ao mesmo tempo — dispunha o artigo II — 10.000 espanhóis tomariam a província de Entre Minho e Douro, bem como, a cidade do Pôrto; outra divisão de 6.000 homens do mesmo país investiria contra o Alentejo e o Reino dos Algarves.

Previra, porém, o tratado, que Portugal poderia receber auxílio, nomeadamente dos ingleses, inimigos de França. Por isso se estipulava também que, se os ingleses mandassem reforços ou ameaçassem um ataque, um exército de 40.000 homens, reunido em Bayona, entraria em Espanha para operar contra Portugal. Aprontar-se-á, até 20 de novembro próximo, “o mais tardar”, sentenciava o artigo VI do tratado de 27 de outubro.

A conquista de Portugal estava traçada. O total de 55.000 homens bastaria para ocupação dum país em que o exército não oferecia sérias garantias de resistência. Entretanto, se algum imprevisto surgisse e êsse podia ser o auxílio da Inglaterra, outro exército aproximadamente igual — 40.000 homens — viria em socorro do primeiro.

À força de perto de 100.000 homens, dos quais 27.000 espanhóis, nada resistiria. Napoleão estava seguro da prêsa. Por isso, dois dias depois — 29 de outubro — se fêz nôvo tratado, de “partilha” de Portugal, segundo o qual o país seria reduzido a três territórios.

Pelo artigo I dêste segundo acôrdo, o Norte de Portugal formaria a “Lusitânia Setentrional”, constituída pela provín-

(3). — Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, pág. 495; Christovam Ayres, *História do Exército Português*, Imprensa da Universidade, 1932, vol. XVII, pág. 99; Lopes de Almeida, *op. cit.*, pág. 319.

cia de Entre Douro e Minho, incluindo a cidade do Pôrto, destinada ao rei da Etrúria, que havia sido desapossado do seu reino nesse mesmo ano de 1807, e que usaria o título de Rei da Lusitânia Setentrional.

O Sul do país, onde se incluía o Alentejo e o Algarve, era presente destinado ao “Príncipe da Paz” que governaria com o título de “Príncipe dos Algarves”. Por êste artigo do “Tratado de partilha de Portugal” vemos as razões da intriga diplomática de Manuel Godoy junto de Napoleão. O particular interêsse do ministro de Carlos IV, numa ação contra Portugal, explica-se pela vantagem pessoal, que lhe daria um principado. A cobiça nem lhe fêz prever que mergulharia a sua pátria num mar de sangue, anuindo ao imperialismo de Napoleão. O “Príncipe da Paz” levou a guerra à Península e viu a sua terra ensanguetada, enquanto um Bonaparte, José, irmão do Imperador, usurpava o trono de seu rei.

A Espanha pagou cara a concessão que o tratado de “partilha” fazia a Godoy, precisada no artigo II.

O artigo III determinava que as províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura não seriam atribuídas, o que aconteceria, sòmente, por altura da paz geral. Reservavam-se para devolver à Casa de Bragança, o que se observaria só por troca com Gibraltar, Trindade ou outras colônias que os ingleses tivessem conquistado aos espanhóis e seus aliados. Mas o rei teria para com a Espanha as mesmas obrigações que o rei da Lusitânia Setentrional e o Príncipe dos Algarves. São descritas no artigo VIII as condições em que se entregavam as províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura à Casa de Bragança, enquanto as obrigações, a que ficava sujeito o rei haviam sido discriminadas no artigo VII. Portugal ficaria a formar três reinos, mas parece que se pretendia não fôsem autônomos, pois que, segundo o artigo VII do tratado de “partilha”, os três reconheceriam, como protetor, sua Majestade Católica, o rei de Espanha. Mais. Em caso algum poderiam os soberanos fazer a guerra ou a paz sem o consentimento daquele.

Mas retalhar o Portugal europeu era obra incompleta; êste era algo mais que o território limitado pela Espanha a Norte e Este e pelo Atlântico a Sul e Oeste. Por isso estabelecia o artigo XIII: que as ilhas, colônias e outras possessões marítimas seriam repartidas, igualmente, pelas duas partes contratantes.

Estas disposições, por qualquer motivo, não convinham ser divulgadas. Daí que o artigo XIV reza: “O presente tratado será tido secreto” (4).

*

Quando se concluíram os tratados de Fontainebleau, já o exército francês havia passado os Pireneus a caminho de Portugal (5).

A concentração desse exército fazia-se desde julho no litoral do Golfo da Gasconha, a um passo da fronteira espanhola e, a 18 de outubro (6), iniciou o seu movimento entrando em território espanhol por Irun, levando, ao que parece, o caminho de Salamanca e destinado a entrar em Portugal por Almeida. Não se deu grande pressa na marcha que levava enquanto atravessou a Espanha, no que demorou aproximadamente um mês. Mas esse ritmo lento alterou-se quando a fronteira portuguesa estava perto, altura em que o itinerário foi modificado.

Já decorria mais duma quinzena de novembro quando forçou a marcha e se desviou para o Sul, paralelo à fronteira portuguesa, aproximando-se do rio Tejo. Antes de atingido este rio a fronteira foi violada, por alturas de Castelo Branco, em 20 de novembro, passando o rio Erges, perto de Segura.

A partir daí, Junot, comandante em chefe das tropas de invasão, acelerou a marcha sobre Lisboa onde procurou chegar quanto antes.

As marchas forçadas a que obrigara as suas forças e a invernia, que então se fazia sentir, dificultaram, porém, a progressão em território português e subtraíram ao efetivo muitos homens por doença e por cansaço.

Ao chegar a Castelo Branco já não era mais um exército organizado, mas bandos de homens esfarrapados e descalços, carecendo de mantimentos. A situação agravava-se dia a dia e, ao chegar a Abrantes, às forças de Kellermann faltavam cavalos; à infantaria escasseavam víveres e a artilharia não tinha chegado toda. Mesmo assim, Junot forçou o andamento à frente de apenas 2.000 homens que se encontravam em melhores condições. Um emissário do Príncipe D. João foi a ca-

(4). — Christovam Ayres, *op. cit.*, vol. XVII, págs. 99 a 101, onde seguimos o texto dos tratados de 27 e 29 de outubro de 1807.

(5). — Carlos Selvagem, *op. cit.*, pág. 495.

(6). — Teixeira Botelho, *História Popular da Guerra Peninsular*, págs. 61; Lopes de Almeida, *op. cit.*, pág. 321.

minho conferenciar com Junot, fazendo propostas, o que deixou ver ao comandante francês que nenhuma força se lhe oporia. Por isso marchou sem receio com uma coluna escassa em andamento acelerado. Em 27 estava em Santarém; a 29 em Sacavém. Motivos para a pressa que imprimia à marcha, eram as próprias ordens de Napoleão. Este conhecia, realmente, as intenções dos ingleses, que enviaram um corpo de tropas para Gibraltar sob o comando de Sir John Moore, embora chegasse tardiamente. Além das ordens recebidas de Napoleão, Junot soubera, já em Portugal, das intenções da Côrte se dirigir ao Brasil. Assim deixava escapar uma das melhores présas, à qual se juntava outra de não menor valor: a esquadra em que seguia a família real.

Na verdade estava tudo preparado para que o Príncipe e comitiva abandonassem Portugal. Os ingleses haviam prometido o auxílio dos seus navios para proteger a retirada.

Após o embarque a esquadra fêz-se à vela em 29 de novembro, vésperas da entrada de Junot na capital portuguesa, que, na manhã do dia 30, chegou com reduzidas forças oferecendo um aspecto nada marcial. A reduzida guarnição portuguesa poderia ter resistido aos franceses e poderia ter contado com dois regimentos ingleses que o comandante da esquadra inglesa, Sidney Smith, se propunha desembarcar. Tinha-se, porém, acordado em não hostilizar os franceses e estes, sem condições para entrar numa luta, foram chegando aos poucos, por vários dias. Entretanto, do total dos efetivos de Junot, cerca de metade ficou pelo caminho, por doença e por cansaço, devido ao ritmo de andamento das últimas semanas.

Aboletadas as forças na cidade de Lisboa, começaram as requisições feitas de forma arbitrária, a que em pouco tempo se associou a rapina da soldadesca sempre insatisfeita e sempre violenta.

Junot dizia-se nas suas proclamações “protetor”, governando em nome de Napoleão.

Também os espanhóis, em respeito ao tratado de Fontainebleau, se instalam no Pôrto, comandados por Tarranco, enquanto o General Solano marchava para Setúbal depois de guarnecer as cidades de Elvas e Évora. O General Carrafa distribuiu as suas forças por Lisboa e Pôrto (7).

A ocupação de Portugal podia-se considerar consumada. A ausência de oposição às tropas de ocupação e, bem assim,

(7). — Teixeira Botelho, *op. cit.*, pág. 61; Lopes de Almeida, *op. cit.*, pág. 323.

a subserviência de uns tantos, que felicitavam Junot pela sua chegada, fizeram crer a êste que poderia “reinar” em boa paz. Para mais a casa reinante havia-se ausentado deixando em seu lugar uma regência que, em última análise, daria cooperação ao invasor. Por isso Junot se entusiasmava no seu “reino” ao dar a notícia a Napoleão da sua chegada a Lisboa, na qual falava da cidade dizendo-a a “mais rica do mundo” (8) e tendo ainda uma referência lisongeira para com as “tropas portuguesas” que poderiam auxiliar o imperador. Bem viu Napoleão a ingenuidade do seu general e o seu pensamento arguto ditava esta frase: “o povo todo que está na vossa presença é vosso inimigo”.

Eram fundados os receios de Napoleão e da sua prudência nasceu a “Legião portuguesa” formada pelas melhores forças que foram afastadas de Portugal e incorporadas nos exércitos napoleônicos. Era um perigo a menos a ameaçar o “reino” de Junot.

As restantes tropas, por ordem de Napoleão, foram dispensadas e licenciadas, o que chocou sobremaneira os ânimos, já de si exaltados contra os franceses.

Mas ruidosas manifestações anti-francesas deram-se a 13 de dezembro, quando Lisboa assistiu ao içar da bandeira francesa, saudada por salvas de artilharia, a substituir o pavilhão português, o que surpreendeu a todos. Para calar a indignação houve intervenção da força, que silenciou os protestos, sem dúvida, mas não melhorou as relações com os invasores.

Ademais, a aversão ia fermentando para o que contribuiu, grandemente, a arbitrária legislação de Junot e o procedimento das tropas de ocupação. Não ignorava isso o general Junot ainda que à superfície se mostrasse calmo o mar de descontentamento que o cercava. Preparavam-se, porém, as vagas que submergiriam o seu “reinado” e afundariam a sua glória, mesmo que as suas proclamações usassem linguagem de promessas, que nem os seus partidários acreditavam já.

Entretanto, a pouco tempo, as relações franco-espanholas alteraram-se profundamente e, mercê da política de Manuel Godoy, o partido rival de Carlos IV ia engrossando, à frente do qual se encontrava o príncipe Fernando, filho do rei e futuro Fernando VII. Êste foi prêsso por instigação de Godoy. Fêz Napoleão com que fôsse sôlto. Aproveitou-se, todavia, da situação criada para enviar forças à Espanha com a justifica-

(8). — Lopes de Almeida, *op. cit.*, pág. 326.

ção de que pretendia dar proteção às comunicações com Portugal onde Junot se encontrava (9).

O número de soldados que enviou fêz, porém, desconfiar das suas intenções e inquietou mesmo o Ministro de Carlos IV, a quem o povo aprisionou em Aranjuez, vendo nêle o homem que levava a Espanha à situação aflitiva em que se achava.

Deu-se, então, a abdicação do rei de Espanha a favor de seu filho. Napoleão, porém, em abril de 1808, mandou comparecer em Baiona pai e filho desapossando-os da Corôa espanhola, com que viria a presentear seu irmão José. O povo espanhol sacudiu-se num frêmito de revolta que foi reprimido pelas forças de Murat, chefe das tropas napoleônicas em Madrid, responsável pelos massacres sangrentos do "2 de maio". Os acontecimentos provocaram novas revoltas e por tôda a parte se formaram juntas de resistência que votaram ódio de morte aos franceses. Napoleão ordenou, então, claramente, a ocupação da Espanha. A sua ambição era satisfeita com mais um país que destinava a um irmão. "Invadia e conquistava territórios, agregava-os à França e repartia-os pelos parentes. As suas conquistas eram como um banditismo (**un bandidaje**) em grande escala" (10).

Também em Portugal as relações com os franceses não eram amistosas; bem ao contrário. A exaltação de ânimos, devida ao procedimento do ocupante, não encontrara ainda ocasião para rebelar-se abertamente. Sabia-se, contudo, que as tropas espanholas que haviam ocupado alguns pontos do país, tinham sido substituídas por contingentes franceses e em pouco tempo se teve conhecimento da insurreição espanhola.

Lisboa estava, com efeito, bloqueada por mar por uma esquadra inglêsa sob o comando do Almirante Cotton, que incitou os portugueses à revolta apontando o exemplo da Espanha. Mas Junot, avisado do estado de espírito espanhol, tomou precauções, guarnecendo o litoral nos locais mais favoráveis a um desembarque inglêso e propôs-se cooperar com as tropas francesas então em Espanha, segundo indicação do Imperador. As precauções tomadas não evitaram, porém, que a 6 de junho o Pôrto se revoltasse contra o domínio francês, no que foi seguido por Braga e Barcelos em 8 daquele mês e por Chaves no dia 11. Não surtiram efeito essas rebeliões, pois depressa os

(9). — Cf. Carlos Selvagem, *op. cit.*, pág. 497.

(10). — Nueva Enciclopédia Escolar, Hijos de Santiago Rodrigues, Burgos, sem data, 27a. edição, pág. 473.

ânimos serenaram; mas o grito de revolta ecoou pelo Norte e teve o privilégio de despertar os ânimos transmontanos, onde o general Sepúlveda, anteriormente governador de armas da província de Trás-os-Montes, organizou a resistência entendendo-se, logo após, com os generais das províncias espanholas limítrofes. O resultado foi nova rebelião no Pôrto, desta vez definitiva, a que, a pouco, foi aderindo o país inteiro.

Este estado de efervescência aproveitou-o a Inglaterra que mandou 9.000 homens desembarcarem sob o comando de Artur Wellesley em Lavos (11), perto da Figueira da Foz, em princípios de agôsto.

Wellesley avistou-se com o chefe local dos revoltosos, o general Bernardim Freire de Andrade. Ambos tiveram uma entrevista em Montemor-o-Velho, mas os planos de cada um eram diferentes. Enquanto Freire de Andrade pretendia que se apoiasse o Norte, onde a rebelião tomara maior incremento, Artur Wellesley teimava em seguir o Sul, a caminho de Lisboa.

As divergências entre o chefe dos ingleses e o general português foram superadas e caminharam juntos para o Sul, depois de se juntarem em Leiria. Junot, que fazia convergir as suas fôrças para Lisboa, viu a necessidade de enfrentar a coluna inimiga. Dessa medida de Junot resultou o encôntro dos aliados com os franceses no lugar da Roliça em 17 de agôsto, onde os soldados de Napoleão não levaram a melhor. Entretanto Wellesley não se afastou do litoral, pois que contava com a proteção da esquadra inglêsa, sempre atenta e pronta a prestar apôio com novos desembarques de fôrças. Assim se achava o chefe inglês nas alturas do Vimeiro, dois dias depois da batalha de Roliça. A 20 aproximaram-se os franceses numa ofensiva organizada, mas foram repelidos em diversos assaltos, acabando por se retirarem, após escassas horas de combate e com baixas consideráveis. Wellesley ganhou a batalha do Vimeiro que deu como resultado o pedido de tréguas por parte de Junot.

Pouco depois, a 30 de agôsto, assinou-se a denominada "Convenção de Sintra" (12) que permitiu ao invasor sair do país com armas e bagagens, vantagem concedida, não obstante os protestos que se ouviram por parte dos portugueses. Mas os franceses saíam do país e isso era vantajoso à causa portuguesa. Começava, assim, a empanar-se o brilho da estrêla napoleônica. Talvez fôsse indício de declínio, a caminho de

(11). — Carlos Selvagem, *op. cit.*, pág. 504.

(12). — Cf. Carlos Selvagem, *op. cit.*, pág. 505.

Waterloo, que levaria a Santa Helena o imperador dos franceses.

*
* *

Segunda invasão francesa (1809).

Soult e as ordens de Napoleão; ocupação da cidade do Pôrto; Artur Wellesley e as operações contra os franceses; retirada das fôrças napoleônicas.

Pela Convenção de Sintra os franceses saíram de Portugal e findou-se, portanto, a primeira invasão que se designa, vulgarmente, por francesa, mas que, na verdade, foi franco-espanhola.

Ao otimismo dos primeiros tempos, quando da ocupação de Portugal, devia agora Junot contrapor o ressentimento dum desaire militar. Mas não se limitaria ao antigo sargento do exército francês êsse ressentimento, pois que afetara o próprio imperador. Estava aberto o caminho para o domínio da Península Ibérica, ficando à disposição de Napoleão o trono da Espanha, do qual foram desapossados o rei e o príncipe herdeiro. A rebelião espanhola favoreceu os desígnios de Napoleão que fêz passar a Espanha as fôrças necessárias para a conquista de tôda a Península. A rebeldia espanhola havia que juntar o socôrro inglês, graças ao qual Junot sofrera um contratempo. Pelo artigo VI do primeiro Tratado de Fontainebleau ficara estabelecido que 40.000 homens se concentrariam em Baiona, prontos a entrar em ação, no caso de acudirem socorros ingleses a dificultar a operação de Junot. Mas em face da brusca alteração do panorama político franco-espanhol aquêles reforços eram insignificantes. Napoleão teve que dispor de 8 exércitos num total de 250.000 homens que atravessaram os Pireneus no propósito firme de dominar a Península e expulsar os ingleses. Não era ação de somenos importância, visto que o próprio imperador foi à Espanha e tomou o comando das operações.

As fôrças inglesas na Península orçavam, então, por 30.000 homens, além de cinco exércitos espanhóis, mal armados e disciplinados, organizados após a vitória de Baylen sôbre os franceses. Em Portugal estavam constituídos dois exércitos:

um a Norte e outro a Sul do país, havendo ainda 16 legiões de voluntários.

Faz-se idéia da preparação destas forças, se recordarmos as medidas tomadas por Junot dissolvendo o exército e enviando os melhores corpos para França, com o claro intento de dispersar o exército português. Faltava, todavia, alguém que organizasse e disciplinasse estas tropas, visto que os quadros de comando foram praticamente suprimidos após a invasão franco-espanhola. O Príncipe Regente, no Rio de Janeiro, pediu aos ingleses um chefe, pensando talvez em Wellesley, que vencera os franceses em Vimeiro.

Chegou, porém, Guilherme Carr Beresford, oficial de prestígio que empreendeu o trabalho de reorganização do exército desmantelado.

Estava-se em março de 1809. Mas já os franceses operavam, havia tempo, em Espanha e em dezembro anterior José Bonaparte, governando como José I, tinha entrado em Madri onde iniciou o seu reinado. As tropas inglesas que haviam ficado em Portugal sob o comando de Moor, no intuito de dificultarem a ação dos franceses, haviam-se integrado em Espanha, auxiliando os rebeldes espanhóis. No Norte, nas proximidades de Cantábriço, operavam os generais franceses Soult e Ney, a quem o general Moor incomodava na sua movimentação. Soult e Moor encontraram-se. Napoleão aconselhou ao seu general que simulasse uma manobra de retirada fazendo crer que cedia à pressão das tropas inglesas. Foi estratagemma que levou Moor a perseguir Soult dando ensejo a que Ney o atacasse pela retaguarda. A tática deu resultado; quando os britânicos apossaram Soult, foram atacados por Ney e ficaram entre os dois exércitos franceses. A Moor só lhe ficou o recurso de embarcar na esquadra inglesa que operava na Corunha e, para que a retirada se não transformasse em desastre, os ingleses tiveram que proceder com ousadia.

Moor foi ferido e perdeu a vida, mas conseguiu salvar o seu exército. Assim ficou submetida a Galiza pelas tropas francesas. Para submissão completa da Península Ibérica, restava a Napoleão subjugar a Estremadura espanhola, Andaluzia e Portugal.

A operação levada a efeito para conquistar este país é conhecida por "segunda invasão francesa" e iniciou-se em 4 de março de 1809, antes da chegada de Beresford a Lisboa com o encargo de reorganizar o exército português. Assim, o trabalho deste começou quando os franceses tinham violado, pela

segunda vez, a fronteira portuguesa, o que levaram a cabo pela fronteira do Norte do país sob o comando do General Soult.

Este recebera de Napoleão ordens para entrar em Portugal (13), depois da Galiza ter ficado dominada quando da morte do general Moor e do reembarque das suas tropas na esquadra britânica. Soult chegou à fronteira portuguesa entrando por Chaves (14), onde estava aquartelado o general Silveira Pinto, encarregado da defesa de Trás-os-Montes. Teve, porém, de abandonar a cidade por reconhecer as suas forças insuficientes para opor a Soult e porque o espanhol, Marquês de La Romana, abandonara as posições ocupadas sem que disso desse conhecimento o general português. A 6 de março abandonou Chaves, que Soult ocupou de seguida, e foi entrincheirar-se nas serras transmontanas, ao Sul, por alturas de Vila Pouca de Aguiar. O exército francês caminhou sobre Braga de cuja defesa estava encarregado o general Bernardim Freire de Andrade, que governava as armas do Pôrto. Houve, porém, motivos que o obrigaram a retirar-se, pensando organizar a resistência da capital do Norte. Foi, contudo, mal interpretada a sua conduta e, levado prisioneiro para Braga, foi morto por uma multidão desvairada, que o julgava partidário dos franceses (15).

Braga foi conquistada por Soult, mais precisamente, foi ocupada, pois que a cidade se encontrava desguarnecida e deserta. Deixou uma guarnição e caminhou para o Pôrto, onde entrou na manhã de 29 de março, quando se deu a catástrofe conhecida, da ponte das barcas, porque a população fugitiva procurava a outra margem do Douro.

Segundo o plano de Napoleão, Ney ficou na Galiza, responsável pela ordem na província, enquanto Soult procedia à conquista de Portugal. A ação dêste seria coadjuvada pelo exército do general Vitor, encarregado de ocupar a Andaluzia e passar da Estremadura espanhola a território português pela fronteira do Guadiana. Em face da agressividade das populações e dos grupos de resistência dos exércitos português e espanhol, Soult, logo que chegou ao Pôrto, enviou um destacamento para o Norte para saber da situação do exército de Ney e estabelecer as comunicações com a Galiza.

Entretanto as tropas anglo-lusas, de que Beresford era comandante, não ficaram inativas. A elas se deve o corte de

(13). — Cf. Carlos Selvagem, *op. cit.*, pág. 505.

(14). — Teixeira Botelho, *op. cit.*, págs. 230 e seg.

(15). — Cf. Teixeira Botelho, *op. cit.*, págs. 233 e seg.

comunicação entre Soult e Ney, o que dificultou a progressão de Soult para o Sul do Rio Douro. A fronteira da Beira era vigiada pelos anglo-lusos e Amarante foi ocupada pelo General Silveira. O chefe francês, com as comunicações cortadas para a Galiza, esperou que Vitor se movesse sôbre o Guadiana para, simultâneamente, marchar sôbre a capital portu-guêsa.

Por sua vez, Vitor esperava nas margens dêsse rio que Soult se dirigisse para Lisboa. Tentando restabelecer as comunicações com Ney, ordenou em abril, aos seus auxiliares, Loison e Delabord, que tomassem Amarante, que Silveira defendeu durante 14 dias. A essa altura desembarcou em Lisboa o inglês Artur Wellesley, vencedor de Junot em Roliça e Vi-meiro, e tomou o comando das fôrças anglo-lusas ficando Beresford sob as suas ordens.

Chegou a Portugal em 21 de abril e decidiu-se por uma ofensiva contra as fôrças do general Soult.

Concentrou as suas tropas em Coimbra e dirigiu-se para o Norte, chegando a 9 de maio às margens do Rio Vouga. Daqui mandou Beresford marchar sôbre Amarante e êle próprio estava em Gaia, dois dias depois. Para alcançar o Pôrto, onde se encontrava Soult, bastava atravessar o rio Douro o que fêz, sem perigo, pela falta de vigilância francesa, ajudado pelos civis que transportaram fôrças nos barcos que tinham à mão. Soult fugiu do Pôrto, ante a ameaça das fôrças de Wellesley, tendo, por isso, que desviar caminho, evitando sempre o encôntro das tropas anglo-lusas. Perto de Braga sentiu a perseguição do inimigo, tendo que evitar também a cidade de Chaves já ocupado por Beresford que caminhara de Amarante para o Norte.

O general francês corria o risco dum movimento envolvente por parte das fôrças de Wellesley e, para escapar-lhe, teve que fazer caminho pelas serras o que dificultou o transporte de armas e bagagens do seu exército, que se movia penosamente. Numa decisão de emergência resolveu destruir o que podia embaraçar a retirada, abandonando armas e bagagens, porque os anglo-lusos o perseguiam de perto. Escapou, assim, embrenhando-se na Galiza pelas escarpas abruptas da serra do Larouco.

Os projetos de Napoleão eram, uma vez mais, contrariados no extremo ocidente da Europa, à beira das praias lusitanas.

*

* *

Wellesley e a sua ação contra os franceses; a batalha de Talavera e acantonamento na fronteira; preparação da terceira invasão sob o comando de Massena; as operações em Espanha e a batalha de Ocaña.

Wellesley sabia da precária situação de Soult e entrou na Galiza em sua perseguição.

Decidiu-se, porém, voltar ao Sul para fixar o seu quartel em Abrantes, uma vez que o General Vitor se encontrava nas proximidades da fronteira. Não esperou, entretanto, em posição defensiva, tendo-se embrenhado em terras espanholas no encalço do general francês que se havia retirado das proximidades do Guadiana. Para isso se entendeu com o General espanhol, Cuesta, tendo, outrossim, o cuidado de guarnecer a fronteira portuguêsã a fim de evitar que tropas francesas se infiltrassem em Portugal e pudessem ameaçar o seu exército.

Wellington progrediu no rasto de Vitor, ao longo do Vale do Tejo, acompanhado pelas forças de Cuesta. Anglo-lusos e espanhóis foram fixar-se na margem direita daquele rio, em Talavera de la Reina. Vitor, que retirava sob as vistas das forças de Wellington, tomou a precaução de passar o rio Alperche, afluente da margem direita do Tejo, furtando o seu exército a um movimento de surpresa. As posições tomadas por ambos favoreceram as operações dos dois lados que tiveram como remate uma das batalhas mais ferozes da guerra peninsular, conhecida por batalha de Talavera, e ficou decidida a 29 de julho de 1809. Travara-se nas faldas da serra de Gredos e, ainda que saísse vitorioso, Wellesley não perseguiu Vitor que abandonara algumas bôcas de fogo. As perdas sofridas pelos aliados foram consideráveis, especialmente da parte dos espanhóis, cujo exército, mal preparado e mal comandado, pagou o maior tributo na batalha.

A vitória de Talavera deu a Artur Wellesley o ducado de Wellington.

Retrocedeu, contudo, para a fronteira, pois que soubera, por Beresford, que no flanco esquerdo do seu exército se movimentavam forças inimigas. Julgou que fôsse Soult, no que não se enganou e, pensou tentar nova vitória sôbre o general francês. Desistiu, porém, por recear uma ação envolvente do inimigo e porque tinha divergências com o chefe espanhol,

Cuesta. Passou, entretanto, para o Sul do Tejo, onde se manteve em vigilância durante algum tempo. Posteriormente fixou-se na fronteira do Guadiana, acantonando em Elvas, Campo Maior, Badajoz e Mérida, quando se deu ao cuidado de reorganizar as suas fôrças, esperando sucessos de maior vulto.

Não ficou, porém, inativo e esperou nova investida das tropas francesas.

Napoleão ordenara os preparativos de outra invasão logo após a chegada de Soult à Galiza, onde se encontrava Ney, com o seu exército desmantelado e sem impedimenta. Aquêl general refêz as suas fôrças, no que gastou pouco tempo, e com Ney de companhia foi a caminho de Leão, procurando encontrar o espanhol La Romana com o seu exército, que calculavam para levante da Galiza.

Em face do que Napoleão ordenara, Soult mandou que os novos corpos de invasão de Portugal se concentrassem em Salamanca, prontos para a operação contra a nação lusa.

O Imperador destinara três dos seus exércitos à nova invasão, que designava por 2.º, 6.º e 8.º. Reynier substituiria Victor, que estivera na segunda invasão e fôra derrotado em Talavera por Wellington; comandaria o 2.º exército; Ney chefiaria o 6.º corpo de exército; Junot, comandante em chefe da 1a. invasão, estaria à frente dum exército de veteranos, que o imperador deslocara propositadamente da Áustria: o 8.º exército.

Havia certo cuidado no preparo desta expedição a Portugal. Demais começara a tomar vulto o nome do duque de Wellington que por sua vez não descuidava, juntamente com Beresford, a defesa do país, cuja sorte Napoleão julgara decretar quando ratificara o tratado de Fontainebleau.

Em Espanha, onde todos os homens válidos lutavam por todos os meios contra os franceses, havia-se organizado um exército sob o comando de Areizaga que pretendia atacar Madri, então capital do reino de José I, irmão de Bonaparte. Os espanhóis pediram a Wellington que os auxiliasse nessa empreza, mas o chefe anglo-luso aconselhou a desistência daquele propósito e fêz ver que apenas a defensiva devia ser a tática usada contra os franceses. Não se convenceu, entretanto, Areizaga, pois desprezou os conselhos de Wellington. Dirigiu-se a Madri, surpreendendo José I que não contava com a operação e que se apressou na concentração das fôrças que pudessem resistir aos espanhóis. Em novembro de 1809, no dia 18, travou-se a batalha de Ocaña que redundou em tremenda der-

rota do exército espanhol. Além das perdas materiais os efeitos morais da derrota foram dos mais graves. Dos 50.000 homens de Areizaga, apenas metade se reuniu no Sul, refugiados na Serra Morena, para onde caminharam as tropas de José I, a submeter as províncias meridionais da Espanha que não tinha ainda nas mãos. Dirigiram-se essas fôrças à Andaluzia, obrigando a Junta de Resistência de Sevilha a refugiar-se na península de Cádiz. Aqui se manteve por 3 anos, graças à posição da cidade que tornou possível o seu abastecimento pelas esquadras, evitando que as tropas de Napoleão conquistassem o pôrto.

Mas a batalha de Ocaña foi um aviso para Wellington que, sabendo da derrota de Areizaga, previu não estar longe nova investida contra Portugal. Esmeravam os franceses no preparo da nova invasão e puseram cuidados especiais nos pormenores que a antecederam, tanto pelo número como pela qualidade dos efetivos. Desde Junot houve uma progressão constante nas tropas que se enviaram a Portugal. Com um exército, apenas, êste general fêz a primeira invasão. Já na segunda foi Soult e Vitor que se destinaram à terra lusa, para que os dois se apoiassem mütuamente nas operações a desenvolver. Na 3a. e última invasão foram três exércitos, numerosos e bem preparados que se empenharam na solução da questão pendente que era Portugal. Havia tropas de elite deslocadas de outros teatros de campanha e cuidava-se, ainda, de encontrar um chefe à altura da missão. Não serviram Junot nem Soult que provaram, em ocasiões anteriores, não poderem levar a bom têrmo a emprêsa. O chefe escolhido foi, pois, Massena, Duque de Rivoli, príncipe de Esseling, "*L'enfant chéri de la Victoire*", prestigioso chefe de campanhas anteriores e, portanto, o mais indicado para levar a bom têrmo as operações. Chegou à Península em maio de 1810, havendo sido nomeado oficialmente em abril, chefe do "Exército de Portugal" como eram designadas as fôrças destinadas a êste país. Massena teve sob o seu comando os generais Reynier, Ney e Junot, e chegou à Espanha a tempo de ver desenrolar algumas operações preliminares da invasão de Portugal, assistindo ainda ao cerco e tomada de Cidade Rodrigo. Após a queda desta praça iniciou-se a invasão do território português, pretendendo-se o duplo objetivo de conquistar Portugal e expulsar os inglêses da Península.

(Continua).

JOSE' AUGUSTO VAZ VALENTE

Professor de Introdução aos Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo